

As informações declaradas pelo agente municipal possuem FÉ PÚBLICA e constituem registros administrativos dos sistemas de informações do SUAS, ficando os informantes sujeitos à responsabilização no caso de prestação de informações inverídicas.



CENSO SUAS 2013

MANUAL GESTÃO MUNICIPAL

Secretarias Municipais de Assistência Social

(atualizado em 06/11/2013)

RECOMENDAMOS A LEITURA DO MANUAL PARA O CORRETO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

O questionário eletrônico da Gestão Municipal deverá ser preenchido pelos municípios no período de **18 de setembro a 8 de novembro de 2013**.

Os questionários devem sempre ser preenchidos primeiramente em papel. Dessa maneira, assegura-se que no momento de inserir os dados no sistema eletrônico todas as informações necessárias já tenham sido coletadas e validadas pelos responsáveis. Caso o município tenha alguma dúvida e/ou necessite de algum apoio ou esclarecimento, ele deverá entrar em contato com a respectiva Secretaria Estadual ou, se necessário, contatar o MDS por meio do e-mail vigilanciasocial@mds.gov.br, ou pelos telefones 61 2030-3000/ 3001/ 3118/ 3131/ 3132, ou ainda pelo 0800 707 2003.

O questionário em papel, assinado pelo agente público responsável pelas informações prestadas, deverá ser arquivado pelo município. Para envio das informações ao MDS, as respostas deste questionário deverão ser fielmente digitadas no sistema eletrônico no endereço <http://aplicacoes.mds.gov.br/saqi/censosuas>. O MDS recebe as informações do Censo SUAS exclusivamente pelo sistema eletrônico.

Senha de Acesso para preenchimento do questionário eletrônico

Para preenchimento do questionário eletrônico do CENSO SUAS 2013 os responsáveis necessitarão utilizar o *login* e a senha de acesso aos sistemas da Rede SUAS, devendo possuir o perfil de acesso ao CADSUAS (cadsuas.município / cadsuas.estado). Problemas relativos à senha de acesso poderão ser solucionados, exclusivamente, pelo telefone 0800 707 2003.

ACESSO AO CENSO SUAS 2013 – GESTÃO MUNICIPAL

Antes da apresentação das questões do Censo SUAS 2013 – GESTÃO MUNICIPAL faz-se necessário incluir um pequeno tutorial sobre o acesso ao sistema de preenchimento do Censo SUAS 2013.

Passo 1 – Digite o endereço <http://aplicacoes.mds.gov.br/saqi/censosuas> na barra de endereços do navegador de sua preferência (Mozilla Firefox, etc.).

Será exibida a página inicial do Censo SUAS 2013, a qual contém algumas orientações sobre o acesso ao sistema.

Passo 2 – os responsáveis necessitarão utilizar o login e a senha de acesso aos sistemas da Rede SUAS, devendo possuir o perfil de acesso ao CADSUAS (cadsuas.municipio).

Passo 3 – Selecione o questionário GESTÃO MUNICIPAL e, em seguida, clique em Preencher Questionário e inicie o registro das informações.

Para demais dúvidas, sugestões de conteúdo e melhora do questionário/manual, encaminhar email para vigilanciasocial@mds.gov.br.

BLOCO 1 – IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO GESTOR

CASO SEJA NECESSÁRIO ATUALIZAR ESTES DADOS, ATUALIZE NO CADSUAS

Nome que identifica o órgão gestor: _____

O nome que identifica o órgão gestor é a denominação atribuída à Secretaria Municipal a fim de melhor identificá-la. Ex. Secretaria Municipal de Assistência Social.

Atenção! Evitar abreviações.

Tipo de Logradouro (avenida, rua, etc): (Selecionar o tipo)

Informar a identificação do endereço ex. rua, avenida, praça, quadra, etc. onde se situa a Secretaria Municipal de Assistência Social, ou congêneres.

Endereço: _____ **Número:** _____

Informar o nome da rua, avenida, praça, quadra, etc. e em seguida o número do local onde se situa a Secretaria Municipal de Assistência Social, ou congêneres.

Atenção! Evitar abreviações.

Complemento: _____

O complemento se refere a alguma informação adicional relativa ao endereço, que seja importante informar para melhor localização.

Atenção! Caso não possua nenhuma informação adicional, deixar o item em branco.

Evitar abreviações.

Bairro: _____

Informe o bairro, sem abreviações, no qual está situada a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Ponto de Referência: (Caixa com campo texto)

Ponto de referência é um ponto conhecido/estratégico (ex: igreja, comércio, praça, etc) que pode facilitar encontrar o endereço mais facilmente. Ex. Secretaria situada na Praça da Igreja da Matriz.

CEP: _____

Informe o Código de Endereçamento Postal da Secretaria Municipal de Assistência Social, no seguinte formato nn.nnn-
nnn (70.788-090, por exemplo).

Município: (preenchimento automático)

Informe o município no qual está situada a Secretaria Municipal de Assistência Social, ou congêneres.

UF: (preenchimento automático)

Selecione a unidade da federação na qual se situa a Secretaria Municipal de Assistência Social, ou congêneres.

E-mail: _____

Informe o endereço eletrônico da Secretaria Municipal de Assistência Social. Se a Secretaria não possuir um endereço eletrônico, informe o e-mail da Prefeitura Municipal. O e-mail informado deve ser institucional. Apenas na ausência deste pode ser informado e-mail particular.

DDD – Telefone: |__|_|-|__|_|_|_|_|_|_|_|_| **Ramal:** |__|_|_|_|_|

Informe o número do telefone da Secretaria Municipal, no seguinte formato: DDD com 02 (dois) dígitos e número do telefone com 08 (oito) dígitos e ramal se houver. Por exemplo: (61) 3433-4444 ramal 238. No caso do Município de São Paulo (DDD 011) o campo do número do telefone é com 09 (nove) dígitos.

Caso a Secretaria Municipal de Assistência não tenha telefone, informe o da Prefeitura Municipal.

Fax: |__|_|_|_|_|_|_|_|_|

Informe o número do FAX da Secretaria Municipal se houver, no seguinte formato: número com 08 (oito) dígitos. Por exemplo: 3433-8888. O mesmo ocorrerá no número de FAX no Município de São Paulo.

Caso a Secretaria Municipal de Assistência não tenha telefone, informe o da Prefeitura Municipal.

BLOCO 2 – ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

1. De acordo com a estrutura administrativa do município o órgão gestor da assistência social caracteriza-se como: **(resposta única)**.

Para responder este item considere as definições abaixo:

Sobre a gestão da assistência social, considere a gestão dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme CF/88, LOAS/93, PNAS/2004 e normativas consoantes.

Secretaria municipal exclusiva da área de Assistência Social (pule para a questão 3).

Refere-se ao órgão gestor que coordena, formula e executa exclusivamente a política de assistência social, não sendo responsável pela coordenação, formulação ou execução de outras políticas setoriais, não estando, portanto, nem associada, nem subordinada à outra política setorial. Neste caso, o órgão gestor municipal não necessita, necessariamente, ter a denominação de “Secretaria Municipal”, mas deve ter o “status” de órgão da administração pública municipal de mesmo nível hierárquico das demais políticas setoriais, tais como: saúde, educação, habitação, planejamento, etc.

Portanto, o órgão gestor municipal da assistência social trata isoladamente da assistência social.

Caso o órgão gestor da assistência social do município não tenha a nomenclatura de secretaria, mas é do mesmo nível hierárquico das demais políticas setoriais dentro da estrutura administrativa do município pode ser marcada esta opção. Atenção! Neste caso nenhum órgão da administração direta do município terá a nomenclatura de “Secretaria”.

Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais

Refere-se ao órgão gestor que é responsável pela coordenação, formulação e execução da política de assistência social bem como de outras políticas, tais como trabalho, saúde, educação, segurança alimentar, entre outras. Para marcar esta opção o respondente deve avaliar se o órgão gestor da assistência social do município atua com outra política setorial, por exemplo, saúde ou educação, mas não está subordinado a esta política. Ambos os setores de governo atuam em conjunto, mas não subordinados um ao outro.

Fundação Pública (pule para a questão 3).

O órgão gestor é uma fundação pública, ou órgão da administração indireta do município/DF. As fundações públicas são órgãos da administração indireta, com personalidade jurídica, vinculadas ao poder público. São criadas por meio de lei específica e regulamentadas por decreto do executivo. As fundações públicas possuem autonomia administrativa, patrimônio próprio, e funcionamento custeado, principalmente, por recursos do poder público, ainda que sob a forma de prestação de serviço.

Sector subordinado diretamente à chefia do Executivo (pule para a questão 3).

O órgão gestor da assistência social encontra-se diretamente subordinado à chefia do executivo, prefeitura, não se constituindo em uma Secretaria autônoma.

Portanto, marcar esta opção quando o órgão gestor da assistência social é parte da estrutura organizacional da prefeitura, porém não possui status de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado ao gabinete ou a instância de assessoramento do executivo.

Sector subordinado a outra secretaria

O órgão gestor da assistência social compõe, de forma subordinada, a estrutura organizacional de outra Secretaria, sendo, por exemplo, uma Subsecretaria, ou Departamento, ou Gerência, etc.

Se o órgão gestor da assistência social não possui “status” de Secretaria e atua em conjunto com outra política setorial, por exemplo, educação, saúde, habitação, de forma subordinada, deve ser marcada esta opção. Portanto, marcar esta opção quando o órgão gestor da assistência social é parte da estrutura organizacional da prefeitura, porém não possui status de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado a uma secretaria diversa da assistência social.

2. A que secretaria ou setor a assistência social está associada ou subordinada? **(admite múltiplas respostas)**

Informar a qual secretaria ou setor o órgão gestor da assistência social está vinculado ou subordinado. Ele pode estar vinculado à mais de uma política. Caso esteja vinculado a outra pasta, marcar a opção “Outra” e especifique.

Educação. Planejamento. Saúde. Habitação. Segurança Alimentar.

Trabalho. Direitos Humanos. Outra. Qual? _____.

3. Indique se as áreas abaixo estão constituídas como subdivisões administrativas (departamentos, coordenações) na estrutura do órgão gestor?

De acordo com as áreas listadas (Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Gestão Financeira e Orçamentária, Gestão do Bolsa Família, Gestão de Benefícios Assistenciais (BPC), Gestão do SUAS, Gestão do Trabalho, Vigilância Social, Monitoramento e Avaliação), informar se as mesmas constituem subdivisões administrativas do órgão gestor, como departamentos, diretorias, gerências, coordenações, etc:

Área de Serviços e Benefícios:

Sim, na estrutura formal do órgão gestor:

Refere-se à existência da área em questão constituída como subdivisão administrativa (departamento, diretoria, gerência, coordenação, etc), na estrutura formal do órgão gestor, descrita em instrumento normativo, tais como, lei, decreto, portaria ou congêneres que publica a estrutura regimental do órgão, organograma ou outros.

Sim, de maneira informal

Refere-se à existência administrativa da área em questão no órgão gestor, por exemplo, com presença de gerência, coordenação, etc, mas não de maneira oficializada em instrumentos normativos, como estrutura regimental do órgão, organograma ou outros.

Não constituída.

Não existe no órgão gestor o setor administrativo que esteja responsável especificamente por aquela área em questão.

Áreas de Serviços e Benefícios	Sim, na estrutura formal do órgão gestor	Sim, de maneira informal	Não constituída
Proteção Social Básica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Proteção Social Especial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gestão Financeira e Orçamentária	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gestão do Bolsa Família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gestão de Benefícios Assistenciais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gestão do SUAS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gestão do Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Vigilância Social	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Monitoramento e Avaliação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Áreas ligadas à Gestão:

Sim, na estrutura formal do órgão gestor:

Refere-se à existência da área em questão constituída como subdivisão administrativa (departamento, diretoria, gerência, coordenação, etc), na estrutura formal do órgão gestor, descrita em instrumento normativo, tais como, lei, decreto, portaria ou congêneres que publica a estrutura regimental do órgão, organograma ou outros.

Sim, de maneira informal

Refere-se à existência administrativa da área em questão no órgão gestor, por exemplo, com presença de gerência, coordenação, etc, mas não de maneira oficializada em instrumentos normativos, como estrutura regimental do órgão, organograma ou outros.

Não constituída.

Não existe no órgão gestor o setor administrativo que esteja responsável especificamente por aquela área em questão.

Áreas ligadas à Gestão	Sim, na estrutura formal do órgão gestor	Sim, de maneira informal	Não constituída
Gestão do SUAS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Vigilância Socioassistencial (inclusive áreas de monitoramento e avaliação)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gestão do trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Regulação do SUAS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gestão Financeira e Orçamentária	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4. O órgão gestor da Assistência Social é responsável pela gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), no município?

Cadastro Único para os programas sociais do Governo Federal (instituído pelo Decreto nº 3.877 de junho de 2001), permite a racionalização do processo de cadastramento de beneficiários pelos diversos órgãos públicos, de forma a garantir a unicidade e a integração do cadastro, no âmbito de todos os programas de transferência de renda.

Caso o Cadastro Único para Programas Sociais seja executado em unidades públicas de Assistência Social, como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), deve se contabilizar como sendo de responsabilidade do órgão gestor de Assistência Social.

Sim

Marque sim para o caso em que o órgão gestor da assistência social seja o responsável por garantir a estrutura necessária para o cadastramento das famílias no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Não (pule para a questão 9)

Assinale esta opção caso **NÃO** seja o órgão gestor da assistência social que realiza o cadastro das famílias no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

5. Em que locais é realizado o cadastramento e/ou atualização cadastral no município: (admite múltipla resposta)

Informe qual o local em que é feito o cadastramento e/ou atualização dos dados do Cadastro Único, seja **no sistema ou em papel**. Esta questão refere-se basicamente a questão do espaço físico onde é realizado, independente da equipe que o realiza. Por exemplo, se o CadÚnico é atualizado por uma equipe da Assistência, mas no espaço físico de um posto de saúde, deve ser marcada a opção “Em outras unidades de outras políticas públicas”

- Na sede do órgão gestor/Secretaria Municipal de Assistência
- Nos CRAS
- Em unidades/postos fixos exclusivos para cadastramento/atualização cadastral
- Em unidades móveis ou postos temporários
- Em outras unidades de outras políticas públicas
- Em outras unidades da Assistência Social
- No domicílio das famílias
- Outros

6. Em quantos locais (unidades ou postos) é realizado o cadastramento/atualização cadastral do CadÚnico?

Informe o quantitativo de locais em que são realizados o cadastramento ou atualização cadastral do CadÚnico. Refere-se a localização das unidades, isto é, se na Prefeitura a duas salas para realização do Cadastro, mas possuem o mesmo endereço, deve ser contado como 1 local.

quantidades locais

7. Indique a quantidade atual de trabalhadores dedicados exclusivamente às atividades de cadastramento ou atualização cadastral, segundo o grau de escolaridade? (contar cada profissional apenas uma vez)

Informe o número de trabalhadores, **com dedicação exclusiva**, para as atividades do CadÚnico considerando a função que os mesmos desempenham e seu grau de escolaridade. Para obter maiores informações sobre os profissionais necessários para realização do cadastramento e/ou atualização cadastral, verifique o Guia do Gestor Municipal, que se encontra no link: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico/biblioteca>.

FUNÇÕES	Total de Trabalhadores, por função	Escolaridade			
		Nível Fundamental (inclusive Médio incompleto)	Nível Médio completo (ou Superior Incompleto)	Nível Superior completo	Não sabe informar
Trabalhador(es) que apenas realiza(m) a entrevista, mas não digita(m) os dados no	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>

sistema					
Trabalhador(es) que realiza(m) a entrevista e também digita(m) os dados no sistema	_ _ _	_ _ _	_ _ _	_ _ _	_ _ _
Trabalhador(es) que apenas digita(m) os dados do formulário em papel no sistema, mas não realiza(m) entrevista com a família	_ _ _	_ _ _	_ _ _	_ _ _	_ _ _
Profissionais de informática, responsáveis pela manutenção e suporte da rede e dos equipamentos	_ _ _	_ _ _	_ _ _	_ _ _	_ _ _
Supervisor(es) ou Coordenador(es) responsáveis pela gestão das equipes	_ _ _	_ _ _	_ _ _	_ _ _	_ _ _

8. Indique a quantidade de trabalhadores das equipes de referência dos serviços socioassistenciais (PAIF, PAEFI, ou outros serviços), que também realizam atividades relacionadas ao cadastramento ou atualização cadastral, segundo o grau de escolaridade?

Indique o número de trabalhadores que compõem as equipes de referências que também realizam o cadastramento e/ou atualização cadastral no CadÚnico.

Equipe de Referência refere-se às equipes responsáveis pela execução dos serviços socioassistenciais, conforme Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o que inclui:

- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);*
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;*
- Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.*
- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);*
- Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);*
- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;*
- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua;*
- Serviço de Acolhimento Institucional;*
- Serviço de Acolhimento em República;*
- Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;*
- Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências*

Caso, o profissional trabalhe diretamente com algum dos serviços tipificados, deve ser contabilizado nesta questão. Caso não trabalhe em nenhum serviço, NÃO deve ser contabilizado

|_|_|_| **Nível Superior** - Quantidade de trabalhadores das equipes de referência que também realizam atividades relacionadas ao cadastramento ou atualização cadastral

|_|_|_| **Nível Médio** - Quantidade de trabalhadores das equipes de referência que também realizam atividades relacionadas ao cadastramento ou atualização cadastral

(Ao finalizar a questão 8, pule para a questão 10)

9- Caso a gestão do Cadastro Único não seja realizada pela área de Assistência Social, qual o órgão/Secretaria responsável pelo cadastro? (Resposta única)

Em caso de resposta negativa à pergunta 4, indique qual é o órgão responsável pelas atividades de gestão do Cadastro Único acima descritas:

Caso o Cadastro Único para Programas Sociais seja executado em unidades públicas de Assistência Social, como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), deve se contabilizar como sendo de responsabilidade do órgão gestor de Assistência Social na questão 4.

Educação

Indique esta opção caso seja a Secretaria Municipal de Educação que efetua o cadastro das famílias no Sistema CadÚnico.

Saúde.

Indique esta opção caso seja a Secretaria Municipal de Saúde que efetua o cadastro das famílias no Sistema CadÚnico

Outro. Qual? _____.

Em caso de outra Secretaria ou órgão gestor, indicar qual.

10. O órgão gestor da Assistência Social é responsável pela política de segurança alimentar e nutricional no município?

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano e, segundo a [Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional](#) (Losan), cabe ao poder público assegurá-lo. Para garantir a segurança alimentar e nutricional, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) adota políticas de ampliação do acesso aos alimentos, combinando programas e ações de apoio à agricultura tradicional e familiar de base agroecológica e cooperativa, além da implantação de uma ampla Rede de Segurança Alimentar e Nutricional. Dentro desse propósito, as políticas públicas garantem o acesso regular e permanente a alimentos (inclusive a água) de qualidade e em quantidade suficiente para uma vida saudável. Essas políticas estão voltadas a todos os cidadãos, particularmente a população em situação de vulnerabilidade social e os povos e comunidades tradicionais.

Informar se o órgão gestor da Assistência Social do município é o responsável pela política de segurança alimentar e nutricional.

Sim

Não

11. O município possui Conselho Municipal de Assistência Social?

Sim

Informe se o município possui o Conselho Municipal de Assistência Social, que de acordo com a LOAS, artigo 16, é uma instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da assistência social, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil. A Resolução nº 237, de 14 de Dezembro de 2006, do CNAS, estabelece diretrizes para a estruturação e funcionamento dos Conselhos de Assistência Social.

Assim, o Conselho Municipal da Assistência Social é um órgão de caráter consultivo, deliberativo, e de assessoramento, formado por representantes do governo municipal e da sociedade civil, com atribuições específicas relacionadas à assistência social;

Não

Significa que o Conselho Municipal de Assistência Social não está em funcionamento no município.

12. Qual é a “Instância de Controle Social – ICS” do Programa Bolsa Família (PBF) no município? (Resposta única)

A instância de Controle Social do Programa Bolsa Família é formada por membros da sociedade civil e do governo local e tem a atribuição de acompanhamento, monitoramento e fiscalização do Programa Bolsa Família. Esta instância pode ser procurada quando houver dúvidas sobre o Programa ou para receber reclamações e denúncias.

Indicar qual é a instância no município que desempenha essas atividades:

O próprio Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), ou comissão permanente do CMAS.

Indique esta opção para os casos em que não há outra instância de controle social além do Conselho Municipal de Assistência Social, para, dentre suas atribuições, realizar o acompanhamento, fiscalização, monitoramento do Programa Bolsa Família, podendo receber reclamações e denúncias a respeito do Programa.

Instância/comitê exclusivo do Programa Bolsa Família (PBF).

Indique esta opção caso o município tenha instituído uma Instância de Controle Social exclusiva para o acompanhamento, monitoramento e fiscalização do Programa Bolsa Família.

Conselho de outra Política.

Indique esta opção caso o acompanhamento, monitoramento, fiscalização do Programa Bolsa Família seja feito por Conselho ou Instância de controle social de outra política que não aquela da Assistência Social.

BLOCO 3 – GESTÃO DO SUAS

13. Existe Lei Municipal de regulamentação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS?

Existindo no município um marco regulatório legal do SUAS aprovado na Câmara Municipal, marque a opção **Sim**. Caso negativo, ou mesmo, que ainda esteja em tramitação uma proposta de lei municipal neste sentido, mas ainda não aprovada e sancionada, marque a opção **não** e pule para a questão 16.

Sim

Não (pule para a questão 16)

14. De que ano é esta lei?

Caso o órgão gestor tenha informado **Sim** na questão anterior, deve ser informado o ano de publicação dessa Lei, independente do ano em que a lei foi revista.

Informar o ano, no formato “aaaa”.

||_|_|.

15. Informe o conteúdo previsto na Lei Municipal de regulamentação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS? (admite múltiplas respostas)

De acordo com a Lei Municipal que regulamentou o SUAS, assinale o(s) conteúdo(s) contidos nessa lei. Pode ser marcadas várias opções. Usar como referência de conteúdo a Lei Orgânica de Assistência Social.

- Conceituação da assistência social;
- Funções da assistência social (Vigilância Socioassistencial, Proteção Social, Defesa de Direitos);
- Princípios pelos quais a Assistência Social é regida;
- Diretrizes para organização da Assistência Social;
- Organização da assistência social por níveis de Proteção Social;
- Conceituação e Objetivos do SUAS;
- Público destinatário do SUAS;
- Previsão do financiamento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
- Especificação do órgão da Administração Pública responsável pela coordenação da Política de Assistência Social e pela gestão do Fundo de Assistência Social;
- Previsão de prazo para regulamentação do funcionamento do Fundo de Assistência Social;
- Especificação e conceituação dos equipamentos públicos estatais CRAS e CREAS;
- Especificação e conceituação dos serviços socioassistenciais;
- Especificação e conceituação dos benefícios eventuais.

16. O município possui Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social?

O **plano de assistência social** consiste num instrumento de planejamento estratégico que norteia a execução da PNAS/2004, cuja elaboração é de responsabilidade do órgão gestor da política, com a devida aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social, e contém os objetivos gerais e específicos, as diretrizes e prioridades deliberadas, as ações e estratégias correspondentes para sua implementação, as metas estabelecidas, os resultados e impactos esperados, os recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários, os mecanismos e fontes de

financiamento, a cobertura da rede prestadora de serviços, os indicadores de monitoramento e avaliação e o espaço temporal de execução.

Conforme o Art. 30 da Lei Orgânica da Assistência Social, uma das condições para o repasse de recursos federais para Estados, municípios e DF é a formação de um plano de assistência social, o qual estabeleça as ações pertinentes àquele território no que tange a oferta e gestão de serviços e benefícios socioassistenciais.

Portanto, o **plano de assistência social** é um instrumento de planejamento essencial para a consolidação da política e do Sistema Único da Assistência Social, que organiza, regula e norteia o funcionamento da Política;

Sim

Indique esta alternativa para os casos em que o município/DF tenha elaborado o Plano Municipal de Assistência (PMAS).

Não (Pule para a questão 19)

Marque esta alternativa para os casos em que o município/DF não tenha elaborado o Plano Municipal de Assistência Social.

17. Com que frequência o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) é atualizado? (resposta única)

Indique qual a periodicidade de revisão do Plano Municipal, ou seja, se essa revisão é feita todo ano, a cada 2 anos, a cada 4 anos ou mais.

Se a revisão do Plano Municipal é feita 2 ou mais vezes por ano, por exemplo semestralmente, marque a primeira opção “mais de uma vez por ano”.

Se a revisão do Plano Municipal **NÃO** foi feita nenhuma vez nos últimos 4 anos (2009, 2010, 2011 e 2012) e também não ocorreu no ano de 2013, até o momento, marque a última opção “mais de quatro anos”.

Mais de uma vez por ano.

Anualmente.

Bienalmente.

De quatro em quatro anos.

Mais de quatro anos.

Não possui periodicidade definida

18. Em que ano ocorreu a última atualização do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS)?

Informar em que ano, no formato “aaaa”, o órgão gestor realizou a última revisão do Plano Municipal de Assistência e o submeteu à aprovação do CMAS.

_____|_____|_____|_____|.

19. Nos últimos 12 meses, quantas visitas de técnicos da Secretaria Estadual de Assistência Social (SEAS) o município recebeu? (resposta única)

Considere as visitas realizadas pelo Estado ao município para o apoio técnico (assessoramento, orientações técnicas) no que diz respeito ao desenvolvimento das ações de implantação da Política Municipal de Assistência Social, oferta e gestão dos serviços socioassistenciais, gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família e estruturação e funcionamento dos CRAS e CREAS, outras unidades da rede socioassistencial pública ou privada, entre outras ações.

Nenhuma. (Pule para a questão 21).

Indique essa alternativa se o município não recebeu nenhuma visita de técnicos da Secretaria Estadual nos últimos 12 (doze) meses.

Uma visita

Indique essa alternativa se o município recebeu (01) uma visita de técnicos da Secretaria Estadual nos últimos 12 (doze) meses.

Dois a três visitas

Indique essa alternativa se o município recebeu (02) duas a (3) três visitas de técnicos da Secretaria Estadual nos últimos 12 (doze) meses.

Quatro a seis visitas

Indique essa alternativa se o município recebeu (04) quatro a (6) seis visitas de técnicos da Secretaria Estadual nos últimos 12 (doze) meses.

Mais de (6) seis visitas

Indique essa alternativa se o município recebeu mais de (6) seis visitas de técnicos da Secretaria Estadual nos últimos 12 (doze) meses.

20. Caso tenha recebido uma ou mais visitas técnicas do estado, indique os temas sobre os quais o município recebeu orientações e apoio técnico nas referidas visitas: (admite múltiplas respostas)

VISITAS referem-se a contatos presenciais com os municípios! De acordo com o Art. 13 inciso VI da Lei nº 12.435, de 2011 (Lei do SUAS), na execução dos serviços socioassistenciais compete aos Estados “realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social e assessorar os Municípios para seu desenvolvimento”. As visitas técnicas são mecanismos de aproximação entre a gestão estadual e os municípios através da promoção de várias atividades, as quais poderão ser relacionadas nesta questão.

Adequação da estrutura organizacional da Secretaria (regimento, organograma, etc.)

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado orientaram quanto à readequação da estrutura organizacional da assistência social no município, de maneira a contemplar as funções essenciais da Política Nacional de Assistência Social. Tais funções seriam alcançadas primordialmente através da i) estruturação de Secretaria exclusiva para gestão da política e ii) garantia de infraestrutura e recursos humanos adequados (em quantidade e qualidade).

Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social

Conforme o Art. 30 da Lei Orgânica da Assistência Social, uma das condições para o repasse de recursos federais para Estados, municípios e DF é a formação de um plano de assistência social, o qual estabeleça as ações pertinentes àquele território no que tange a oferta e gestão de serviços e benefícios socioassistenciais.

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado orientaram quanto à elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, fazendo com que a proposta esteja em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social.

Elaboração de Relatório de Gestão

A partir da publicação da Lei 12.435, de 2011, a Lei Orgânica de Assistência de Social exige em seu Art. 30-C que:

a forma de utilização dos recursos federais descentralizados para os fundos de assistência social dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal será declarada pelos entes recebedores ao ente transferidor, anualmente, mediante relatório de gestão submetido à apreciação do respectivo Conselho de Assistência Social, que comprove a execução das ações na forma de regulamento. (Lei 12.435, de 2011)

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado orientaram quanto à elaboração do Relatório de Gestão previsto pela Lei Orgânica da Assistência Social, alterada pela Lei 12.435, de 2011.

Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social

Conforme o Art. 30 da Lei Orgânica da Assistência Social, uma das condições para o repasse de recursos federais para Estados, municípios e DF é a formação de um fundo de assistência social com orientação e controle dos respectivos conselhos de assistência social. O repasse de recursos se dá entre os entes federados através dos fundos de assistência. O Fundo Municipal é destinado ao gerenciamento dos recursos financeiros obtidos para a consecução da política de assistência social. Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado orientaram quanto à gestão do Fundo Municipal de Assistência Social.

Fortalecimento da intersetorialidade na gestão dos serviços, benefícios e programas da assistência social

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado orientaram quanto à articulação das ações socioassistenciais no município com as políticas de outras áreas da gestão pública. (Ex.: saúde, educação, trabalho).

Integração dos serviços e benefícios

Segundo Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda, a gestão integrada de serviços e benefícios consiste na articulação entre serviços, benefícios e transferências de renda no âmbito do SUAS e tem como diretrizes:

I - a co-responsabilidade entre os entes federados;

II - as seguranças afiançadas pela Política Nacional de Assistência Social;

III - a centralidade da família no atendimento socioassistencial de forma integral, visando a interrupção de ciclos intergeracionais de pobreza e de violação de direitos.

Em síntese, a integração de serviços e benefícios consiste na criação de estratégias que visem garantir que além da transferência de renda, a população em situação de vulnerabilidade ou risco social também possa acessar outros serviços socioassistenciais (PAIF, PAEFI, etc.), ampliando o alcance das ações do SUAS..

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado orientaram quanto à integração dos serviços e benefícios socioassistenciais.

Fortalecimento do Conselho Municipal

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado orientaram os Conselheiros ou Secretaria Executiva no que diz respeito à disseminação de informações sobre a Política da Assistência Social, orientações técnicas sobre os padrões normativos para oferta e financiamento dos serviços socioassistenciais, bem como, no que tange às orientações sobre o papel do Conselho e, ainda, sobre a normativa que regula a dinâmica de funcionamento do Conselho ou qualquer outra ação de mobilização da instância de controle social municipal.

Adequação da implantação dos serviços socioassistenciais

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado orientaram a gestão municipal de Assistência Social no que diz respeito à adequação dos serviços sociais que estão sendo ofertados ou em fase de implantação no município às normativas previstas na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e na Norma Operacional Básica do SUAS e Resoluções da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) ou da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

Gestão dos serviços socioassistenciais

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado visaram discutir e orientar quanto a gestão dos serviços socioassistenciais no município (planejamento das atividades/ações do serviço; diagnóstico socioterritorial, ações de articulação com a rede da assistência social e com outras políticas setoriais, etc.)

Metodologias de trabalho social com famílias

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado visaram discutir e orientar quanto a metodologias de trabalho social com as famílias.

Regulamentação dos benefícios eventuais

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado visaram discutir e orientar quanto a regulação dos benefícios eventuais.

Gestão de benefícios eventuais

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado visaram discutir e orientar especificamente quanto à gestão de benefícios eventuais no município.

Implementação de ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado visaram discutir e orientar especificamente quanto à implementação de ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Gestão do Cadastro Único de Programas Sociais - CadÚnico

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado visaram discutir e orientar especificamente quanto à Gestão do Cadastro Único de Programas Sociais – CadÚnico.

Gestão do Programa Bolsa Família

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado visaram discutir e orientar especificamente quanto à Gestão do Programa Bolsa Família.

Gestão do trabalho

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado visaram discutir e orientar quanto à Gestão do trabalho (formas de contratação, tamanho das equipes, Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), entre outras ações) no município.

Metodologias de monitoramento e avaliação

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado visaram discutir e orientar quanto à construção de metodologias de monitoramento e avaliação da política de assistência social no município, tais como construção de indicadores, índices e realização de levantamento de dados, estudos e pesquisas, entre outras ações.

Implantação da Vigilância Socioassistencial

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado visaram discutir e orientar quanto à implantação de atividades e equipes próprias da vigilância social. Para obter mais informações sobre a Vigilância Socioassistencial, vide: Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial, disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/vigilancia-socioassistencial%20>

Utilização do Prontuário SUAS

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado visaram discutir e orientar quanto a utilização do Prontuário SUAS.

Outros

Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado visaram discutir e orientar quanto outros assuntos diferentes daqueles listados acima.

21. Nos últimos 12 meses, quantas vezes os técnicos ou gestores municipais da assistência social participaram de atividades de orientação e apoio técnico promovido pelo Estado? (Resposta única)

Indique a opção que mais se aproxima da frequência com que os técnicos ou gestores do município participam de atividades de orientação/capacitação promovidas diretamente pelo Estado ou com o financiamento do gestor estadual. Permite apenas uma opção.

Nenhuma vez.

Uma vez.

Duas ou três vezes.

Quatro a seis vezes.

Mais de seis vezes.

BLOCO 4 – GESTÃO FINANCEIRA

22. O município possui Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)?

Os Fundos de Assistência Social são fundos especiais de natureza contábil que dependem de autorização legislativa, na forma exigida pelo artigo 167, inciso IX da Constituição Federal. Compõem-se das receitas provenientes de contribuições ou taxas e das dotações orçamentárias específicas, além de doações e outros ingressos previstos no artigo 3º do Decreto nº 1.605/95. Os fundos especiais são também regulados pelos artigos 71 a 74 da Lei nº 4.320/64.

Todo fundo público deve ser instituído mediante autorização legislativa, conforme estabelece o Art. 167 da Constituição Federal. Para se organizar um fundo e colocá-lo em funcionamento, é necessário observar alguns aspectos, como o marco legal (a lei de criação do fundo que pode ser abrangente ou sintética; neste segundo caso, deve ser regulamentada por decreto); a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), por se tratar de órgão constituído como unidade gestora de orçamento; o estabelecimento do ordenador de despesas; entre outros.

Outro aspecto de fundamental importância é a contabilidade do fundo, que deve ser feita por meio de contas específicas e com prestação de contas separada do órgão ao qual ele está vinculado (geralmente, as secretarias de assistência social). Instrumentos de gestão como programação financeira, fluxo de caixa e demonstrativos contábeis também devem ser instituídos, a fim de subsidiar a boa aplicação dos recursos e efetivar o controle da execução orçamentária e financeira.

Sim, implantado.

Por “implantado” entende-se o Fundo de Assistência Social regularmente instituído e em funcionamento.

Sim, em fase de implantação.

“Em fase de implantação” entende-se que o Fundo de Assistência Social está em processo de constituição, mas ainda não está regularmente instituído ou ainda não está em funcionamento.

Não possui. (pule para a questão 29).

Não possuirá Fundo o Município que não o possui nem funcionando nem regularmente instituído.

23. Que instrumento normativo instituiu o FMAS? (Resposta única)

Todo fundo público deve ser instituído mediante autorização legislativa, conforme estabelece o Art. 167 da Constituição Federal. Para se organizar um fundo e colocá-lo em funcionamento, é necessário observar alguns aspectos, como o marco legal (a lei de criação do fundo que pode ser abrangente ou sintética; neste segundo caso, deve ser regulamentada por decreto); a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), por se tratar de órgão constituído como unidade gestora de orçamento; o estabelecimento do ordenador de despesas; entre outros.

Para responder este item considere as definições abaixo:

- Entende-se por lei uma norma ou conjunto de normas jurídicas, gerais e abstratas, elaboradas pelo Poder Legislativo (Congresso Nacional, Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa ou Câmara de Vereadores), segundo o processo de elaboração constitucionalmente estabelecido;
- Decreto é o ato normativo infralegal, isto é, hierarquicamente inferior a lei, de competência privativa dos chefes do Poder Executivo, quais sejam, presidente, governadores e prefeitos;
- Portaria é o ato normativo infralegal, isto é, hierarquicamente inferior a lei, emanado de qualquer autoridade pública (Secretário de Estado, por exemplo), que contém instruções acerca da aplicação de leis ou regulamentos, recomendações de caráter geral, normas de execução de serviço ou qualquer outra determinação da sua competência.
- Outros atos normativos são, por exemplo, as resoluções e regulamentos.

Indique qual o instrumento normativo que instituiu o FMAS.

Lei.

Entende-se por lei uma norma ou conjunto de normas jurídicas, gerais e abstratas, elaboradas pelo Poder Legislativo (Congresso Nacional, Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa ou Câmara de Vereadores), segundo o processo de elaboração constitucionalmente estabelecido.

Decreto.

Decreto é o ato normativo infralegal, isto é, hierarquicamente inferior a lei, de competência privativa dos chefes do Poder Executivo, quais sejam, presidente, governadores e prefeitos.

Portaria.

Portaria é o ato normativo infralegal, isto é, hierarquicamente inferior a lei, emanado de qualquer autoridade pública (Secretário de Estado, por exemplo), que contém instruções acerca da aplicação de leis ou regulamentos, recomendações de caráter geral, normas de execução de serviço ou qualquer outra determinação da sua competência.

24. O FMAS tem CNPJ próprio? (Resposta única)

Para responder este item considere as definições abaixo:

O CNPJ compreende as informações cadastrais de entidades de interesse das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 2º da Instrução Normativa n.º 748/07 RFB). Sua administração compete a Receita Federal do Brasil, que registra as informações cadastrais das pessoas jurídicas, as que lhe forem equiparadas, e algumas entidades não caracterizadas como tais. Dentre estas estão os órgãos do Poder Executivo dos Municípios que se constituam em unidades gestoras de orçamento. Portanto, os fundos públicos de natureza meramente contábil são obrigados a se inscrever no CNPJ (art. 11 da Instrução Normativa n.º 748/07 RFB).

Os Fundos de Assistência Social são fundos contábeis especiais, sem personalidade jurídica, que, embora vinculados ao órgão gestor da política pública de assistência social, possuem autonomia administrativa e financeira. Assim, o Fundo de Assistência Social do Distrito Federal (FAS/DF), os Fundos Estaduais de Assistência Social (Feas) e os Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS) são geridos pelos órgãos responsáveis pela assistência social nessas esferas de governo, sob orientação e fiscalização dos respectivos conselhos estaduais e municipais de assistência social.

Todo fundo público deve ser instituído mediante autorização legislativa, conforme estabelece o Art. 167 da Constituição Federal. Para se organizar um fundo e colocá-lo em funcionamento, é necessário observar alguns aspectos, como o marco legal (a lei de criação do fundo que pode ser abrangente ou sintética; neste segundo caso, deve ser regulamentada por decreto); a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), por se tratar de órgão constituído como unidade gestora de orçamento; o estabelecimento do ordenador de despesas; entre outros.

Sim, como matriz.

Por FMAS cadastrado “como matriz” entende-se aquele diretamente registrado no CNPJ.

Sim, como filial.

O FMAS cadastrado “como filial” é aquele cujo registro principal está em nome do órgão gestor da assistência social e só, acessoriamente, em nome próprio, refletindo, pois, a vinculação deste àquele.

Não possui.

O não cadastramento implica a inexistência de CNPJ.

OBS.: Em 14/5/2010 foi publicada a tabela de natureza jurídica 2009 da Comissão de Classificação, que criou códigos distintos para o executivo municipal e para os fundos especiais. Como as regras do CNPJ não permitem que um registro contenha dois códigos de natureza distintos, não é possível mais classificar os fundos como filial. Portanto a partir de 2010 os fundos devem ser registrados com seus CNPJs próprios no código de atividade "120-1" (Fundo Público).

25. O FMAS é uma unidade orçamentária?

Segundo o Manual Técnico Orçamentário da União – MTO, Unidades Orçamentárias são as estruturas administrativas responsáveis pelas dotações orçamentárias e pela realização das ações.

Unidade orçamentária, portanto, é o segmento da administração a que o orçamento consigna dotações específicas para realização de seus programas de trabalho e sobre os quais exerce o poder de disposição.

Sim

Marque "sim" quando já na Lei Orçamentária Anual (LOA) estão previstas dotações orçamentárias (recursos recebidos da União, Estado ou próprios) diretamente no FMAS, situação em que ele será unidade orçamentária.

Não

Marque esta opção se a totalidade dos recursos orçamentários (próprios ou recebidos da União e Estado) previstos para serem executados pelo FMAS foram na Lei Orçamentária Anual (LOA) consignados ao órgão gestor da assistência social (Secretaria) ou em outro órgão, sendo apenas posteriormente, repassados ao FMAS.

26. Os serviços socioassistenciais custeados com recursos do município são registrados no FMAS? **(Resposta única)**

Para responder este item considere as definições abaixo.

Embora não exista percentual mínimo para o cofinanciamento da política de assistências social, o parágrafo único do art. 30 da LOAS estabelece a necessidade da comprovação orçamentária dos recursos próprios alocados no respectivo FMAS, como condição legal para o recebimento dos repasses dos recursos federais aos Municípios, Estados e Distrito Federal. Ao determinar a constituição dos Fundos de Assistência Social como Unidade Orçamentária, a NOB objetivou propiciar aos conselhos e à sociedade, condições de verificar e comprovar a execução dos recursos financeiros destinados à política de assistência social. Desta forma, a NOB contribui para a efetivação do comando constitucional de organização da assistência social de forma democrática e participativa.

Entretanto, pode ocorrer que a gestão municipal aloque recursos próprios, sem registrá-los à conta do FMAS.

Sim, a totalidade dos recursos próprios é registrada no FMAS.

Responda "sim" se os recursos próprios revertidos para a assistência social são totalmente registrados no FMAS;

Sim, a maior parte dos recursos próprios é registrada no FMAS.

Responda "sim" se os recursos próprios revertidos para a assistência social são na sua maioria registrados no FMAS;

Sim, a metade dos recursos próprios é registrada no FMAS.

Responda "sim" se metade dos recursos próprios revertidos para a assistência social são registrados no FMAS;

Sim, a menor parte dos recursos próprios é registrada no FMAS.

Responda "sim" se a menor parte dos recursos próprios revertidos para a assistência social são registrados no FMAS;

Não, os recursos próprios do município não são registrados no FMAS

Responda "não" para os casos em que os recursos próprios revertidos para assistência social não são registrado no FMAS, mesmo que ocorra a alocação.

27. O ordenador de despesa do FMAS é? **(Resposta única)**

Para responder este item considere as definições abaixo.

Ordenador de despesa é todo e qualquer agente público de cujos atos resultarem emissão de empenho, autorização de

pagamento ou dispêndio de recursos do Estado. É pessoa investida legalmente de competência para assumir obrigações em nome de ente da Federação. A ordenação de despesa poderá ser objeto de delegação de competência mediante ato específico, (art. 21, § 2º, LRF).

Informe quem é o ordenador de despesas na esfera municipal.

- O Prefeito.
 O Secretário (a) Municipal de Assistência Social.
 Outro Funcionário da Secretaria de Assistência Social.
 Secretário ou técnico de outra área.

28. No ano de 2012, com que frequência o órgão gestor apresentou ao Conselho Municipal de Assistência Social o relatório de execução dos recursos do FMAS? (Resposta única)

Os recursos do cofinanciamento aos municípios para o financiamento da Assistência Social são alocados nos Fundos Municipais de Assistência Social, constituídos como unidades orçamentárias, com o objetivo de apoiar a execução dos serviços socioassistenciais de caráter continuado da PNAS nos municípios. Periodicamente os Conselhos Municipais de Assistência Social apreciam o relatório de execução dos recursos encaminhado pela Gestão Municipal.

É solicitado que identifique a periodicidade desse encaminhamento, **no ano de 2012**.

Mensalmente.

Se foi encaminhado uma vez por mês.

Bimestralmente.

Se foi encaminhado de dois em dois meses.

Trimestralmente.

Se foi encaminhado de três em três meses.

Quadrimestralmente.

Se foi encaminhado de quatro em quatro meses.

Semestralmente

Se foi encaminhado uma vez em cada seis meses

Anualmente

Se foi encaminhado uma vez ao ano.

Não apresentou

Se no ano não foi realizado o encaminhamento.

29. Atualmente o município recebe recursos estaduais para o cofinanciamento da Assistência Social? (Resposta única)

Existem duas modalidades de transferência de recursos públicos entre os entes federados: a “convenial” (transferências voluntárias) e a “fundo a fundo” (transferências legais, regular e automática).

Os recursos federais são repassados automaticamente para o fundo estadual, do Distrito Federal ou municipal, independentemente de celebração de convênio, ajuste, acordo ou contrato, e serão aplicados segundo as prioridades estabelecidas nos planos de assistência social aprovados pelos respectivos Conselhos.

Pode ocorrer também o repasse dos Estados aos Municípios.

Convênio é acordo ou ajuste que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando à execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

Indique se o Estado cofinanciamento o Município e a modalidade em que esta transferência se dá.

- Sim, fundo-a-fundo.
 Sim, via convênio.
 Sim, por convênio e fundo-a-fundo.
 Não recebe.

30. O órgão gestor municipal faz transferência de recursos por convênio para ONG's ou Entidades de Assistência Social no município? (Resposta única)

Existem duas modalidades de transferência de recursos públicos entre os entes federados: a “convênial” (transferências voluntárias) e a “fundo a fundo” (transferências legais, regular e automática).

Indique se o órgão gestor faz transferências voluntárias (convênial) para entidades da rede socioassistencial privada e qual a fonte dos recursos utilizados para estas transferências.

- Não. **(Pule para a questão 32).**
 Sim, com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).
 Sim, com recursos de outras fontes.
 Sim, com recursos do FMAS e de outras fontes.

31. Quantas entidades recebem recurso do órgão gestor municipal por convênio?

Caso o órgão gestor transfira recursos por convênio para entidades privadas da rede de assistência social do município, indicar a quantidade de entidades receptoras.

entidades.

32. O recurso do IGD-SUAS foi utilizado para: (Admite múltipla escolha, exceto se marcar “Não recebeu ou não executou recursos do IGD-SUAS”)

O Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGDSUAS é o instrumento de aferição da qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como da articulação intersetorial, no âmbito dos municípios, DF e estados. Conforme os resultados alcançados, a União apoiará financeiramente o aprimoramento da gestão como forma de incentivo.

O IGDSUAS foi instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS), regulamentado pelo [Decreto n.º 7.636 de 07 de dezembro de 2011/2011](#), pela [Portaria n.º 337 de 15 de dezembro de 2011](#) e [Portaria nº 7, de 30 de janeiro de 2012](#).

Trata-se de um índice que varia de 0 (zero) a 1 (um) e mostra a qualidade da gestão do SUAS. Quanto mais próximo de 1 estiver o índice, maior é o valor do apoio financeiro repassado aos entes como forma de incentivo ao aprimoramento da gestão, considerando o teto orçamentário e financeiro. Com base nos resultados apurados, os entes que apresentarem bom desempenho, considerando os critérios das normativas do SUAS, receberão os recursos para investir em atividades voltadas ao aprimoramento da gestão do SUAS.

Os recursos do IGDSUAS são incentivos financeiros destinados a apoiar o aprimoramento da:

- I. Gestão de serviços;
- II. Gestão e organização do SUAS;
- III. Gestão articulada e integrada dos serviços e benefícios socioassistenciais;
- IV. Gestão articulada e integrada com o Programa Bolsa Família e com o Plano Brasil Sem Miséria;
- V. Gestão do trabalho e educação permanente na assistência social;
- VI. Gestão da informação do SUAS;
- VII. Implementação da vigilância socioassistencial;
- VIII. Apoio técnico e operacional aos conselhos de assistência social, observado o percentual mínimo fixado;
- IX. Gestão financeira dos fundos de assistência social;
- X. Gestão articulada e integrada com os Programas BPC na Escola e BPC Trabalho;

- XI. Gestão e organização da rede de serviços assistenciais; e
XII. Monitoramento do SUAS;

Informe em quais ações o recurso do IGD-SUAS foi utilizado

- Não recebeu ou não executou recursos do IGD-SUAS (*Siga para a questão 33*)
 Contratação de estudos, diagnósticos, pesquisas e demais serviços técnicos especializados
 Capacitações, encontros, seminários e oficinas
 Pagamentos de diárias e passagens
 Campanhas, ações de divulgação e esclarecimento da população
 Desenvolvimento de sistemas informatizados
 Aquisição de equipamentos eletrônicos de informática
 Aquisição de outros equipamentos eletrônicos
 Aquisição de *softwares* (programas de computador)
 Aquisição de materiais de consumo e expediente
 Impressão de materiais
 Reforma de unidades públicas
 Aquisição de mobiliário
 Aquisição de veículos
 Manutenção de veículos
 Outros

33.O município utiliza recursos do cofinanciamento federal de serviços (pisos dos serviços) para pagamento de servidores públicos (estatutário, empregado público celetista ou concursado temporário) que integram as Equipes de Referência, conforme permissão do artigo 6ºE da Lei Orgânica da Assistência Social?

O Sistema Único de Assistência Social (Suas) organiza a execução da [Política Nacional de Assistência Social \(PNAS\)](#) de forma descentralizada e cofinanciada pela União, Distrito Federal, Estados e Municípios.

Esse cofinanciamento é definido com base na divisão de competências entre as três esferas de governo – ou seja, na responsabilidade de cada ente federado na execução da PNAS, levando em conta seu porte, a complexidade dos seus serviços prestados e as diversidades regionais. A [Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social \(NOB/Suas\)](#) estabelece [procedimentos de pactuação](#) entre as esferas de governo, por meio dos quais são firmadas as competências, atribuições e responsabilidades sobre a destinação dos aportes financeiros.

De acordo com a [Lei Orgânica de Assistência Social \(Loas\)](#), nos municípios onde a demanda não justifica a oferta de serviços continuados, é possível o estabelecimento de parcerias com municípios vizinhos, no formato de consórcio público. No âmbito dessa parceria, são desenvolvidos serviços de referência regional, com cofinanciamento federal, estadual e dos municípios parceiros. Além disso, os municípios que não têm condições para a gestão individual das ações de assistência social podem ofertar os serviços em parceria com seus estados.

Informe se o recurso proveniente do cofinanciamento federal é utilizado para pagamento de servidores públicos, sejam estatutários, empregados públicos celetistas ou concursados temporários.

- Sim Não (*Pule para a questão 35*)

34.Caso sim, informe qual percentual dos recursos do cofinanciamento federal de serviços (pisos dos serviços) tem sido destinado ao pagamento de servidores públicos das Equipes de Referência do SUAS? (Resposta única)

Informe qual o percentual de gasto do recurso proveniente do cofinanciamento federal com pagamento de servidores públicos. Segundo as normatizações, o valor máximo que pode ser gasto do cofinanciamento federal com pagamento de servidores é 60%.

- Até 20%
 De 21 a 40%
 De 41 a 60%
 Não sabe

35. O Plano Plurianual do município (PPA 2013-2017) contém “Programa/Plano de Ação” exclusivo para a área de Assistência Social?

O Plano Plurianual (PPA) estabelece os projetos e os programas de longa duração do governo, definindo objetivos e metas da ação pública para um período de quatro anos. Com a adoção deste plano, tornou-se obrigatório o Governo

planejar todas as suas ações e também seu orçamento de modo a não ferir as diretrizes nele contidas, somente devendo efetuar investimentos em programas estratégicos previstos na redação do PPA para o período vigente. Conforme a Constituição Federal, também é sugerido que a iniciativa privada volte suas ações de desenvolvimento para as áreas abordadas pelo plano vigente.

Informe se no PPA do Município foi contemplada as ações na área da Assistência Social.

Sim

Não

36. Houve, no Plano Plurianual (PPA) estimativa de recursos orçamentários municipais para: (Admite múltipla escolha)

Informe se no PPA do Município houve estimativa de recursos orçamentários para a área da Assistência Social nos seguintes serviços:

Ampliação/expansão da cobertura dos serviços de Proteção Social Básica

Esta opção refere-se a chegada dos Serviços de Proteção Social Básica a territórios e famílias que não tinham, até então, cobertura de serviços. Refere-se principalmente a abertura de novas unidades de CRAS.

Ampliação/expansão da cobertura dos serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

Esta opção refere-se a chegada dos Serviços de Proteção Social Especial a territórios e famílias que não tinham, até então, cobertura de serviços. Refere-se principalmente a abertura de novas unidades de CREAS.

Ampliação/expansão da cobertura dos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Esta opção refere-se a chegada dos Serviços de Proteção Social Especial a territórios e famílias que não tinham, até então, cobertura de serviços. Refere-se principalmente a abertura de novas Unidades de Acolhimento, sejam públicas ou através de convênio.

Ampliação/expansão dos benefícios socioassistenciais (inclusive transferências de renda direta às famílias)

Esta opção refere-se aumento da quantidade de famílias/indivíduos a serem contemplados com os recursos de benefícios/ transferência de renda.

Construção de CRAS

Esta opção refere-se a construção física, isto é, um projeto de edificação de novas unidades. Pode se referir a construção para unidades que anteriormente estavam em espaços cedidos ou alugados ou para novas unidades de CRAS.

Construção de CREAS

Esta opção refere-se a construção física, isto é, um projeto de edificação de novas unidades. Pode se referir a construção para unidades que anteriormente estavam em espaços cedidos ou alugados ou para novas unidades de CREAS.

Construção de outras unidades de serviços da Assistência Social

Esta opção refere-se a construção física, isto é, um projeto de edificação de novas unidades. Pode se referir a construção para unidades que anteriormente estavam em espaços cedidos ou alugados ou para novas unidades, como, por exemplo, unidades de acolhimento, Centro-Dia, Unidades de Convivência, entre outras.

Realização de Concurso Público para a Assistência Social

Nenhum dos itens acima

Não sabe

BLOCO 5 – GESTÃO DO TRABALHO

37. O órgão gestor municipal da assistência social tem Mesa de Negociação Permanente do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), instalada em seu âmbito, conforme previsto na Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-RH/SUAS)?

A NOB-RH/SUAS estabelece que órgãos gestores federal, estaduais e municipais devem instituir uma mesa de negociação permanente entre gestores, prestadores de serviços, trabalhadores da área da assistência do setor público e privado.

A Mesa de Negociação deve ser constituída com o objetivo de discutir, negociar e definir ações para promover melhorias nas relações e condições de trabalho para os profissionais da rede socioassistencial.

Sim Não **(Pule para a questão 39).**

38. Ano de instalação da Mesa de Negociação Permanente do SUAS em seu âmbito:

Indique o ano de realização das primeiras reuniões da Mesa de Negociação Permanente já constituída como tal pelo órgão gestor municipal, no formato numérico sem pontuação (aaaa).

|_|_|_|_|

39. O órgão gestor municipal da assistência social tem Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) implantado?

Indique se o órgão gestor municipal da assistência social possui Plano de Cargos, Carreiras e Salários implantado no município (PCCS).

A NOB-RH/SUAS sugere que o órgão gestor municipal i) nomeie comissão paritária entre governo e representantes dos trabalhadores para a discussão e elaboração do respectivo Plano de Carreira, Cargos e Salários; ii) encaminhe projeto de lei de criação do respectivo Plano de Carreira, Cargos e Salários ao Poder Legislativo e; iii) garantir o cofinanciamento para a implementação da gestão do trabalho para o SUAS, especialmente para a implementação de PCCS.

Sim Não **(Pule para a questão 41)**

40. Qual o ano da última atualização deste PCCS?

Indique o ano da última revisão do PCCS que culminou em alteração na legislação referente ao Plano, no formato numérico sem pontuação (aaaa). |_|_|_|_|_|.

Atenção! Para responder as questões 41 a 43 considere as instruções abaixo:

As Secretarias Estaduais que são responsáveis pela gestão de outras políticas públicas, além da Política de Assistência Social, devem computar da seguinte maneira a quantidade de trabalhadores:

- trabalhadores que exercem exclusivamente funções/atividades ligadas à Assistência Social, mais;
- trabalhadores cujas funções/atividades estão ligadas tanto à assistência social e como a outras políticas geridas pela Secretaria (Por exemplo: trabalhadores de áreas administrativas, financeiras ou contábeis que dão apoio ao conjunto de atividades das diversas políticas geridas pela Secretaria).

NÃO DEVEM SER COMPUTADOS os trabalhadores que exercem funções/atividades ligadas exclusivamente a outras políticas públicas geridas pela Secretaria

NÃO DEVEM SER COMPUTADOS os trabalhadores que exercem suas atividades em instituições de internação de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio fechado.

Atenção! Entende-se como profissionais ligados a Políticas de Assistência Social, aqueles que executam atividades que compõe o escopo de atividades, executadas de forma direta ou indireta que estão sob responsabilidade da Assistência Social conforme Lei Orgânica de Assistência Social (Lei 8742/1993), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS 2004), as Normas Operacionais Básicas (NOB/SUAS 2012) e Normas Operacionais Básicas de Recursos Humanos (NOB/RH), Tipificação Nacional de Serviços Socioassistencial (2009). De forma que, outras ações que estão ligadas à Assistência Social do município, mas que estão fora do escopo nacional da Assistência Social não devem ser incluídas. Por exemplo, se o órgão de Defesa Civil do município está ligada a Assistência Municipal, seus profissionais não devem ser contabilizados. Outros exemplos: Conselheiros Tutelares, Conselhos Municipais de outras políticas públicas, entre outras.

41. Considerando apenas os trabalhadores lotados na sede do Órgão Gestor Municipal da Assistência Social (e nas administrações regionais, caso existam), indique o quantitativo de acordo com o vínculo e escolaridade (NÃO** considerar os trabalhadores que estão lotados nas unidades públicas que ofertam serviços socioassistenciais):**

Indique a quantidade de trabalhadores da Secretaria Municipal Assistência Social que desenvolvem suas atividades na sede do órgão gestor, considerando os setores administrativos (área de gestão do SUAS, financeira, gestão do trabalho), e as áreas técnicas (Proteção Social Básica), (Proteção Social Especial), (Benefícios Socioassistenciais).

Especifique o tipo de vínculo trabalhista, escolaridade e quantidade de trabalhadores do quadro de funcionários do órgão gestor da assistência social, inclusive trabalhadores de férias ou licença. **Vale ressaltar que deve ser considerada a escolaridade da pessoa e não a escolaridade da função que o trabalhador desempenha.**

Nesta questão devem ser considerados profissionais que são originalmente de outras secretarias e órgãos públicos municipais, mas que estejam cedidos para o órgão gestor de Assistência Social.

Atenção! Caso a Secretaria de Assistência Social do Município atue em conjunto com outro setor governamental, deve-se contar os trabalhadores que atuam EXCLUSIVAMENTE na assistência social e àqueles que atuam em áreas COMUNS aos dois setores (Ex. Setor de Pessoal, Setor Financeiro, Setor Contábil, etc.). Os trabalhadores que atuam exclusivamente para o outro setor NÃO devem ser contados.

- **Formação**

Ensino Fundamental

Informar o número de funcionários, servidores, profissionais, que completaram o ensino fundamental, ou seja, concluíram a 8ª série, e não ingressaram ou completaram o ensino médio.

Ensino Médio

Informar o número de funcionários, servidores, profissionais, que completaram o ensino médio e não ingressaram ou completaram o ensino superior.

Ensino Superior

Informar o número de funcionários, servidores, profissionais, que completaram o ensino superior, tendo concluído curso de graduação.

Total

Informar a soma de todos os funcionários, servidores, profissionais da Secretaria Municipal/do DF de Assistência Social informados nas colunas anteriores, conforme o vínculo, ou seja, quantos estatutários, celetistas, somente comissionados e outros vínculos o órgão gestor possui.

Tipo de vínculo:

Estatutários

O regime estatutário é regido por um estatuto, instituído por uma lei, em sentido amplo, emanada da própria esfera de poder que irá contratar o serviço, conforme seja ela federal, estadual ou municipal. Esse regime é próprio da Administração Pública direta e adequado para relações de trabalho com ocupantes de cargos públicos, chamados servidores públicos, como são exemplos os policiais, os fiscais de tributos, etc.

Empregados públicos Celetistas (não deverão ser contabilizados, nesta opção, os terceirizados celetistas)

O regime celetista recebe esse nome porque emana da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e é o regime típico das relações privadas, como as de qualquer empresa existente no mercado. Esse regime é também utilizado pela Administração Pública indireta, como ocorre com as empresas públicas e as sociedades de economia mista, tais como, por exemplo, o Banco do Brasil, a Petrobras e tantas outras.

Somente Comissionados

Cargo em Comissão ou cargo comissionado é de livre nomeação do agente público, não necessitando ser ocupado por servidores ocupantes de cargos de carreira.

Outros vínculos.

Nesta opção deverá ser considerado os consultores, servidores cedidos por outros órgãos públicas, terceirizados, estagiários, etc

Exemplo:

Se a Secretaria é composta por quatro (04) estatutários de nível fundamental, sete (07) estatutários de nível médio, dez (10) estatutários de nível superior; três (03) celetistas de fundamental, seis (06) celetistas de nível médio, nove (09) celetistas de nível superior; um (01) somente comissionado de nível fundamental, cinco (05) somente comissionado de

nível médio, (08) somente comissionado de nível superior; um (01) com outros vínculos de nível fundamental, dois (02) com outros vínculos de nível médio, dois (02) com outros vínculos de nível superior, o quadro ficaria da seguinte forma:

Tipo de Vínculo por formação	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Total
Estatutários	_ _ _0_ _4_	_ _ _0_ _7_	_ _ _1_ _0_	_ _ _2_ _1_
Empregados públicos Celetistas	_ _ _0_ _4_	_ _ _0_ _4_	_ _ _0_ _4_	_ _ _0_ _4_
Somente Comissionados	_ _ _0_ _1_	_ _ _0_ _5_	_ _ _0_ _8_	_ _ _1_ _4_
Outros Vínculos	_ _ _0_ _1_	_ _ _0_ _2_	_ _ _0_ _2_	_ _ _0_ _5_

42. Especifique o TOTAL de trabalhadores da Secretaria Municipal de Assistência Social, considerando inclusive os trabalhadores que estão lotados nas unidades públicas que ofertam serviços socioassistenciais (Atenção! Devem ser somados os trabalhadores lotados no órgão gestor e os que estão lotados nas unidades públicas que ofertam serviços socioassistenciais):

Para responder esta questão devem ser somados os trabalhadores informados na questão 41 com os trabalhadores que desenvolvem suas atividades nas UNIDADES PÚBLICAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, tais como CRAS, CREAS, Centro POP, Unidade PÚBLICAS de Acolhimento, etc.

Nesta questão devem ser considerados profissionais que são originalmente de outras secretarias e órgãos públicos municipais, mas que estejam cedidos para o órgão gestor de Assistência Social.

Exemplo: Considere os 10 trabalhadores estatutários com escolaridade de ensino superior informados no exemplo da questão 37 e some-os aos trabalhadores estatutários com escolaridade de ensino superior que prestam serviços nos CRAS, CREAS e demais unidades públicas existentes no município e o resultado da soma é o valor a ser informado no campo específico.

Atenção! Se um trabalhador desenvolver suas atividades na sede do órgão gestor E AO MESMO TEMPO em uma unidade pública, por exemplo, o CRAS, considerá-lo no local em que forem desenvolvidas as atividades com maior carga horária ou prioridade.

Especifique o tipo de vínculo trabalhista, escolaridade e quantidade de trabalhadores do quadro de funcionários do órgão gestor da assistência social, inclusive trabalhadores de férias ou licença. **Vale ressaltar que deve ser considerada a escolaridade da pessoa e não a escolaridade da função que o trabalhador desempenha.**

- **Formação**

Ensino Fundamental

Informar o número de funcionários, servidores, profissionais, que completaram o ensino fundamental, ou seja, concluíram a 8ª série, e não ingressaram ou completaram o ensino médio.

Ensino Médio

Informar o número de funcionários, servidores, profissionais, que completaram o ensino médio e não ingressaram ou completaram o ensino superior.

Ensino Superior

Informar o número de funcionários, servidores, profissionais, que completaram o ensino superior, tendo concluído curso de graduação.

Total

Informar a soma de todos os funcionários, servidores, profissionais da Secretaria Municipal/do DF de Assistência Social informados nas colunas anteriores, conforme o vínculo, ou seja, quantos estatutários, celetistas, somente comissionados e outros vínculos que o órgão gestor possui.

Tipo de vínculo:

Estatutários

O regime estatutário é regido por um estatuto, instituído por uma lei, em sentido amplo, emanada da própria esfera de poder que irá contratar o serviço, conforme seja ela federal, estadual ou municipal. Esse regime é próprio da

Administração Pública direta e adequado para relações de trabalho com ocupantes de cargos públicos, chamados servidores públicos, como são exemplos os policiais, os fiscais de tributos, etc.

Empregados públicos Celetistas (não deverão ser contabilizados, nesta opção, os terceirizados celetistas)

O regime celetista recebe esse nome porque emana da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e é o regime típico das relações privadas, como as de qualquer empresa existente no mercado. Esse regime é também utilizado pela Administração Pública indireta, como ocorre com as empresas públicas e as sociedades de economia mista, tais como, por exemplo, o Banco do Brasil, a Petrobras e tantas outras.

Somente Comissionados

Cargo em Comissão ou cargo comissionado é de livre nomeação do agente publico, não necessitando ser ocupado por servidores ocupantes de cargos de carreira.

Outros vínculos.

Nesta opção deverá ser considerado os consultores, servidores cedidos por outros órgãos públicas, terceirizados, estagiários, etc

Exemplo: Se a Secretaria é composta por quatro (04) estatutários de nível fundamental, sete (07) estatutários de nível médio, dez (10) estatutários de nível superior; três (03) celetistas de fundamental, seis (06) celetistas de nível médio, nove (09) celetistas de nível superior; um (01) somente comissionado de nível fundamental, cinco (05) somente comissionado de nível médio, (08) somente comissionado de nível superior; um (01) com outros vínculos de nível fundamental, dois (02) com outros vínculos de nível médio, dois (02) com outros vínculos de nível superior, o quadro ficaria da seguinte forma:

Tipo de Vínculo por formação	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Total
Estatutários	_ _ _ 0_ 4_	_ _ _ 0_ 7_	_ _ _ 1_ 0_	_ _ _ 2_ 1_
Empregados Públicos Celetistas	_ _ _ 0_ 3_	_ _ _ 0_ 6_	_ _ _ 0_ 9_	_ _ _ 1_ 8_
Somente Comissionados	_ _ _ 0_ 1_	_ _ _ 0_ 5_	_ _ _ 0_ 8_	_ _ _ 1_ 4_
Outros Vínculos	_ _ _ 0_ 1_	_ _ _ 0_ 2_	_ _ _ 0_ 2_	_ _ _ 0_ 5_

43. Dos trabalhadores de nível superior da Assistência Social, indique a quantidade de profissionais segundo às áreas de formação abaixo listadas:

Indique a quantidade de trabalhadores na Gestão segundo a formação acadêmica.

Atenção! Se dentre os 42 trabalhadores existirem algum (uns) cujas formações não estejam listadas abaixo, não informa-los nesta questão 43.

Atenção: Somente devem ser contados os trabalhadores que concluíram o ensino superior. A soma de trabalhadores de Ensino Superior na questão 38 deve ser igual ou superior a soma de trabalhadores em todas as categorias de formação.

Exemplo: na coluna “ensino superior” do exemplo da questão 38, utilizado acima, a soma totaliza 29 trabalhadores de ensino superior na secretaria. Assim, nesta questão 39 devem ser apontados dentre os 29 trabalhadores de ensino superior quantos são das formações listadas.

- | | | |
|---------------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|
| 43a) _ _ _ _ Assistente Social | 43e) _ _ _ _ Antropólogo(a) | 43i) _ _ _ _ Administrador (a) |
| 43b) _ _ _ _ Psicólogo (a) | 43f) _ _ _ _ Sociólogo (a) | 43j) _ _ _ _ Economista |
| 43c) _ _ _ _ Pedagogo (a) | 43g) _ _ _ _ Terapeuta Ocupacional | 43k) _ _ _ _ Economista Doméstico |

43d) |_|_|_|_| Advogado (a)

43h) |_|_|_|_| Contador (a)

43l) |_|_|_|_| Estatístico (a)

43m) |_|_|_|_| Musicoterapeuta

44. No ano de 2013, o município realizou (ou realizará) concurso público para contratação de trabalhadores para a Secretaria Municipal de Assistência Social? (Atenção! Devem ser informados apenas os concursos que já possuem, pelo menos, a autorização formal por parte do poder executivo municipal)

Informar se ano de 2013 houve concurso público no município/DF para contratação de trabalhadores para Secretaria Municipal de Assistência Social. Considerar os editais publicados e/ou concursos com resultados homologados no período indicado. Essa questão não admite mais de uma marcação, tendo em vista que há opção de resposta que cruza as opções existentes. Ou marcar a opção “não”, não responder as demais questões que se encontram subsequentes na linha específica.

Não, para trabalhadores de Nível Superior.

Indicar esta opção caso não tenha sido realizado concurso público para preenchimento de cargos de nível médio e/ou superior para o órgão gestor da Assistência Social no ano de 2013. Neste caso não responda as demais questões que constam nesta linha.

Sim, para trabalhadores de Nível Superior.

Indicar esta opção caso o(s) concurso(s) realizados no ano de 2013 tenha(m) previsto o preenchimento de vagas EXCLUSIVAMENTE para o cargo de nível superior. Ao preencher esta opção de sequência respondendo as seguintes:

Quantidade de Vagas. |_|_|_|_|

Data de Homologação do Concurso |_|_|_|/|_|_|_|/2013.

Indicar a data do instrumento legal, seja Lei, Decreto ou Portaria, que homologou o concurso, no formato dd/mm.

Quantidade de Trabalhadores que tomaram posse |_|_|_|_|.

Responder numericamente a quantidade no limite até 999.

Não, para trabalhadores de Nível Médio.

Indicar esta opção caso não tenha sido realizado concurso público para preenchimento de cargos de nível médio e/ou superior para o órgão gestor da Assistência Social no ano de 2013. Neste caso não responda as demais questões que constam nesta linha.

Sim, para trabalhadores de Nível Médio.

Indicar esta opção caso o(s) concurso(s) realizados no ano de 2013 tenha(m) previsto o preenchimento de vagas EXCLUSIVAMENTE para cargo de nível médio. Ao preencher esta opção de sequência respondendo as seguintes:

Quantidade de Vagas. |_|_|_|_|

Data de Homologação do Concurso |_|_|_|/|_|_|_|/2013.

Indicar a data do instrumento legal, seja Lei, Decreto ou Portaria, que homologou o concurso, no formato dd/mm.

Quantidade de Trabalhadores que tomaram posse |_|_|_|_|.

Responder numericamente a quantidade no limite até 999.

Nível de Escolaridade	Realizou, ou realizará, concurso no ano de 2013	Caso “SIM” assinale a etapa atual do processo				
		Autorização concedida	Edital Publicado	Prova(s) realizada(s)	Resultado Homologado	Candidatos nomeados
Nível Superior	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Nível Médio	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

45.No ano de 2012, o município realizou concurso público para contratação de trabalhadores (nível superior ou médio) para a Secretaria Municipal de Assistência Social? (Se marcar a opção “não”, não responder as demais colunas).

Nível de Escolaridade	Realizou Concurso?		Quantidade de Vagas	Data da Homologação do Concurso	Quantidade de trabalhadores que tomaram posse
	Sim	Não			
<i>Nível Superior</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/> /2012	<input type="text"/>
<i>Nível Médio</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/> /2012	<input type="text"/>

Não, para trabalhadores de Nível Superior.

Indicar esta opção caso não tenha sido realizado concurso público para preenchimento de cargos de nível médio e/ou superior para o órgão gestor da Assistência Social no ano de 2012. Neste caso não responda as demais questões que constam nesta linha.

Sim, para trabalhadores de Nível Superior.

Indicar esta opção caso o(s) concurso(s) realizados no ano de 2012 tenha(m) previsto o preenchimento de vagas EXCLUSIVAMENTE para o cargo de nível superior. Ao preencher esta opção de sequencia respondendo as seguintes:

Quantidade de Vagas.

Data de Homologação do Concurso /2012.

Indicar a data do instrumento legal, seja Lei, Decreto ou Portaria, que homologou o concurso, no formato dd/mm.

Quantidade de Trabalhadores que tomaram posse .

Responder numericamente a quantidade no limite até 999.

Não, para trabalhadores de Nível Médio.

Indicar esta opção caso não tenha sido realizado concurso público para preenchimento de cargos de nível médio e/ou superior para o órgão gestor da Assistência Social no ano de 2012. Neste caso não responda as demais questões que constam nesta linha.

Sim, para trabalhadores de Nível Médio.

Indicar esta opção caso o(s) concurso(s) realizados no ano de 2012 tenha(m) previsto o preenchimento de vagas EXCLUSIVAMENTE para cargo de nível médio. Ao preencher esta opção de sequencia respondendo as seguintes:

Quantidade de Vagas.

Data de Homologação do Concurso /2012.

Indicar a data do instrumento legal, seja Lei, Decreto ou Portaria, que homologou o concurso, no formato dd/mm.

Quantidade de Trabalhadores que tomaram posse .

Responder numericamente a quantidade no limite até 999.

46.No ano de 2012 os trabalhadores da Assistência Social do município tiveram acesso a cursos presenciais de capacitação?

Entende-se por capacitação as atividades que visam a aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes e formas de comportamento exigidos para o exercício das funções próprias de uma profissão ou grupo de profissões.

Informar se no ano de 2012 os trabalhadores da Assistência Social do município tiveram acesso a curso(s) de capacitação presencial e indicar qual ente federativo promoveu o curso. A pergunta admite mais de uma marcação, tendo em vista que a possibilidade de realização de mais de um curso de capacitação nesse período, promovido por mais de um ente federado.

Considere para a resposta, os trabalhadores do SUAS, ou seja, os trabalhadores da gestão do SUAS, os trabalhadores dos serviços socioassistenciais, tais como trabalhadores dos CRAS, CREAS e demais unidades públicas da assistência social.

Sim

Indique esta opção caso para os trabalhadores da Assistência Social do município/DF que tenham participado presencialmente de cursos para capacitação.

Não (Pule para a questão 49)

Indique esta opção caso os trabalhadores da Assistência Social do município/DF não tenham participado de capacitação presencial

47. Caso sim, informe qual (is) o(s) ente(s) federado(s) promoveu(eram) os cursos presenciais de capacitação realizados pelos trabalhadores da Assistência Social do município: (admite múltipla marcação).

Realizado/promovido pelo município.

Indique esta opção caso os trabalhadores da Assistência Social do município/DF tenham sido capacitados presencialmente por curso promovido com recursos financeiros, apoio e iniciativa da gestão do município/DF.

Realizado/promovido pelo gestor estadual.

Indique esta opção caso os trabalhadores da Assistência Social do município/DF tenham sido capacitados presencialmente por curso promovido com recursos financeiros, apoio e iniciativa da gestão estadual.

Realizado/promovido pelo gestor federal (MDS).

Indique esta opção caso os trabalhadores da Assistência Social do município/DF tenham sido capacitados presencialmente por curso promovido com recursos financeiros, apoio e iniciativa da gestão federal (MDS).

48. Qual o número aproximado de trabalhadores capacitados nos cursos presenciais?

Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, informe quantos trabalhadores da Assistência Social do município foram capacitados em curso(s) presenciais.

Atenção: Se o mesmo trabalhador foi capacitado em mais de um curso, por exemplo, participou de capacitação promovida pelo município e de capacitação promovida pelo estado, contá-lo apenas como um (01) trabalhador, não somando, dessa forma, os públicos das capacitações, mas identificando quantos trabalhadores passaram por cursos de capacitação.

Por exemplo:

Curso de capacitação promovido pelo município = 50 trabalhadores capacitados

Curso de capacitação promovido pelo estado = 30 trabalhadores capacitados

Nesse caso é preciso identificar quantos trabalhadores participaram dos dois processos de capacitação. Caso todos os 30 trabalhadores que foram capacitados pelo estado tenham sido capacitados também pelo município no curso que ofereceu 50 vagas, considere que são 50 trabalhadores capacitados.

_____|

49. No ano de 2012 os trabalhadores da Assistência Social do município tiveram acesso a cursos à distância (EAD) de capacitação?

Educação a distância é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente.

Informar se no ano de 2012 os trabalhadores da Assistência Social do município tiveram acesso a curso(s) de capacitação à distância e indicar qual ente federativo promoveu o curso. A pergunta admite mais de uma marcação, tendo em vista a possibilidade de realização de mais de um curso de capacitação nesse período, promovido por mais de um ente federado.

A Política Nacional de Capacitação do SUAS – PNC/SUAS estabelece patamares formativos que fundamentam as estratégias de execução dos planos de capacitação dos municípios. Esses patamares formativos visam a promover o

despertar de habilidades funcionais na carreira dos trabalhadores do SUAS. Os patamares são: capacitação introdutória (nivelamento); capacitação para atender agendas pactuadas; atualização; aperfeiçoamento; especialização (latu sensu); mestrado profissional (stricto sensu).

Considere para a resposta, os trabalhadores do SUAS, ou seja, os trabalhadores da gestão do SUAS, os trabalhadores dos serviços socioassistenciais, tais como trabalhadores dos CRAS, CREAS e demais unidades públicas da assistência social.

Sim

Indique esta opção caso os trabalhadores da Assistência Social tenham sido capacitados por meio de curso à distância.

Não (pule para a questão 52)

Indique esta opção caso os trabalhadores da Assistência Social do município não tenham recebido capacitação à distância de nenhuma esfera governamental no ano de 2012.

50. Caso sim, informe qual(is) o(s) ente(s) federado(s) que promoveu(eram) os cursos à distância (EAD) de capacitação para os trabalhadores da Assistência Social do município: (Admite múltipla marcação).

Realizado/promovido pelo município.

Indique esta opção caso os trabalhadores da Assistência Social do município tenham sido capacitados à distância por curso promovido com recursos financeiros, apoio e iniciativa do município.

Realizado/promovido pelo gestor estadual.

Indique esta opção caso os trabalhadores da Assistência Social do município tenham sido capacitados à distância por curso promovido com recursos financeiros, apoio e iniciativa do gestor estadual.

Realizado/promovido pelo gestor federal (MDS).

Indique esta opção caso os trabalhadores da Assistência Social do município tenham sido capacitados à distância por curso promovido com recursos financeiros, apoio e iniciativa da gestão federal (MDS).

51. Qual o número aproximado de trabalhadores capacitados nos cursos à distância?

Em caso de resposta positiva a pergunta anterior, informe quantos trabalhadores da Assistência Social do município foram capacitados em curso(s) à distância.

Atenção! Se o mesmo trabalhador foi capacitado em mais de um curso, por exemplo, participou de capacitação promovida pelo município e de capacitação promovida pelo estado, contá-lo apenas como um (01) trabalhador, não somando, dessa forma, os públicos das capacitações, mas identificando quantos trabalhadores passaram por cursos de capacitação.

Por exemplo: Curso de capacitação promovido pelo município = 50 trabalhadores capacitados
Curso de capacitação promovido pelo estado = 30 trabalhadores capacitados

Nesse caso é preciso identificar quantos trabalhadores participaram dos dois processos de capacitação. Caso todos os 30 trabalhadores que foram capacitados pelo estado tenham sido capacitados também pelo município no curso que ofereceu 50 vagas, considere que são 50 trabalhadores capacitados, tendo em vista que o segundo curso não ofereceu capacitação a trabalhador que não havia sido capacitado.

_____|_____|_____|_____|_____|.

52. Indique as áreas temáticas dos cursos de capacitação realizados pelos trabalhadores da Assistência Social do município: (Admite múltipla marcação).

De acordo com as opções abaixo identifique as áreas temáticas dos cursos realizados pelos trabalhadores da Assistência Social do município **no ano de 2012**.

Caso tenha ocorrido algum curso cujo tema não esteja integralmente expresso nas opções abaixo, a gestão municipal poderá: a) marcar a área temática que mais se aproxima do curso ocorrido, ou; b) marcar a opção "Outras" e identificar qual foi o tema no campo em aberto "Especifique". Deverão ser marcadas quantas opções forem necessários, bem como, especificados outros temas de acordo com as necessidades da gestão municipal para a representação dos temas dos cursos oferecidos aos trabalhadores do SUAS no município.

Responda com o preenchimento das seguintes opções:

- Metodologias do trabalho social com famílias
- Metodologias para desenvolvimento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- Atendimento a situações de violência e violação de direitos
- Atendimento à População em situação de Rua
- Atendimento a Pessoas com Deficiência
- Medidas Socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei
- Acolhimento (abrigo) de Crianças e Adolescentes
- Acolhimento (abrigo) de Idosos
- Acolhimento (abrigo) de pessoas em situação de rua
- Estrutura, normas e funcionamento do SUAS
- Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS
- Cadastro Único de Programas Sociais – CadÚnico
- Bolsa Família
- Sistemas de Informação do SUAS
- Vigilância Socioassistencial
- Monitoramento e Avaliação
- Gestão do Território
- Álcool e Drogas
- Outras. Especifique: _____

BLOCO 6 – GESTÃO DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS

53. Quais serviços de proteção social básica são ofertados pelo município? (Admite múltiplas respostas, exceto se marcar “não realiza”)

Indique quais serviços, programas e projetos de proteção social básica o município oferta conforme a descrição abaixo, elaborada com base na Resolução CNAS N.º 109 - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Posteriormente, indique a unidade em que o serviço, programa ou projeto é desenvolvido. A tipificação pode ser obtida pelo site: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/publicacoes-para-impressao-em-grafica/tipificacao-nacional-de-servicos-socioassistenciais>

Observando, quanto aos serviços, programas e projetos, que:

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF

O PAIF é um serviço socioassistencial de prestação continuada que deve ser ofertado obrigatoriamente em todo CRAS, independentemente da fonte de financiamento. Consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças de 0 a 6 anos

É a oferta de ações continuadas de caráter complementar à proteção às famílias, devendo prever atividades conjuntas com crianças e familiares, de forma a fortalecer vínculos e prevenir ocorrência de situações de risco social. Contribui no cuidado das crianças pequenas e crianças com deficiência trabalhando suas potencialidades e prevenindo situações de risco como negligência, abandono, violência doméstica e trabalho infantil, sendo um serviço complementar e diretamente articulado ao PAIF.

Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos

É a oferta de atividades continuadas com foco na constituição de espaço de convivência, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes. As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Inclui crianças e adolescentes com deficiência, retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações, cujas atividades contribuem para re-significar vivências de isolamento e de violação de direitos, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social. As unidades de prestação deste serviço são: o CRAS ou Centros da criança, adolescente, juventude e idosos, referenciados ao CRAS

Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para adolescentes e jovens de 15 a 17

É a oferta de atividades de convivência complementar a proteção social básica à família, que tem por foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária e o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola, por meio de atividades que estimulam a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho. O público-alvo constitui-se, em sua maioria, de jovens cujas famílias são beneficiárias do Bolsa Família,

estendendo-se também aos jovens em situação de risco pessoal e social, encaminhados pelos serviços de Proteção Social Especial do Suas ou pelos órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Os jovens são organizados em grupos, denominados coletivos, acompanhados por um orientador social e supervisionado por um profissional de nível superior do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), também encarregado de atender as famílias dos jovens, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família. As unidades de prestação deste serviço são: o CRAS ou Centros da criança, adolescente, juventude e idosos, referenciados ao CRAS.

Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos

É a oferta de atividades continuadas com foco no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Devem realizar atividades conjuntas entre idosos, suas famílias e profissionais com foco na troca de informações sobre questões relativas ao envelhecimento e com ações que valorizem as experiências dos idosos e familiares estimulando e potencializando a condição de escolher e decidir, bem como a participação social destes usuários. As unidades de prestação deste serviço são: o CRAS ou Centros da criança, adolescente, juventude e idosos, referenciados ao CRAS

Serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos

É a oferta de atendimento as pessoas com deficiência ou idosos objetivando prevenir agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais desses usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento. O serviço deve contribuir com a promoção do acesso de pessoas com deficiência e pessoas idosas aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e a toda a rede socioassistencial, aos serviços de outras políticas públicas, entre elas educação, trabalho, saúde, transporte especial e programas de desenvolvimento de acessibilidade, serviços setoriais e de defesa de direitos e programas especializados de habilitação e reabilitação. Desenvolve ações extensivas aos familiares, de apoio, informação, orientação e encaminhamento, com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão na vida social, sempre ressaltando o caráter preventivo do serviço. A unidade de prestação deste serviço é o Domicílio do Usuário.

Serviço da Proteção Social Básica	Em que unidade o serviço é ofertado?				
	Na própria sede do órgão gestor	No CRAS	Em Outra Unidade Pública	Em Entidade Conveniada	Não realiza
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF		<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>
Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças de 0 a 6 anos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescente de 6 a 15 anos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

54. Quais serviços de Proteção Social Especial de média complexidade são ofertados pelo município? (Admite múltiplas respostas, exceto se marcar “não realiza”)

Indique quais serviços de proteção social especial de média complexidade o município oferta conforme a descrição abaixo, elaborada com base na Resolução CNAS N.º 109 - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Posteriormente, indique a unidade em que o serviço é desenvolvido. Observando, quanto aos serviços, que:

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos (PAEFI/CREAS)

O PAEFI é um serviço socioassistencial de prestação continuada que deve ser ofertado obrigatoriamente em todo CREAS. O PAEFI oferta apoio, orientação e acompanhamento especializado a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas à promoção de direitos, à preservação e ao fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e o fortalecimento da função de proteção

das famílias diante do conjunto de condições que causam fragilidades ou as submetem a situações de risco pessoal e social. Nessa direção, o PAEFI oferece atendimento a indivíduos e famílias em diversas situações de violação de direitos, como violência (física, psicológica e negligência, abuso e/ou exploração sexual), afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; tráfico de pessoas; situação de rua; mendicância; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual ou raça/etnia e outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações ou submissões.

☐ Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua

Ofertado nos Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua este serviço dedica-se a atender pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem como finalidade assegurar o atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de relações sociais e habilidades pessoais, com o intuito de fortalecer vínculos interpessoais ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. O atendimento volta-se à análise das fragilidades dos usuários, acompanhamento individual e grupal e encaminhamentos a rede socioassistencial e das demais políticas públicas, tendo em vista a inclusão em uma rede de proteção social. Essa atenção ofertada deve contribuir para ações de reinserção familiar ou comunitária e construção de novos projetos de vida de pessoas em situação de rua, pautada na postura de respeito às escolhas individuais de cada sujeito.

☐ Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias

O serviço tem a finalidade de potencializar a autonomia, a independência e a inclusão social da pessoa com deficiência e pessoa idosa, com vistas à melhoria de sua qualidade de vida. Para tanto, deve contar com equipe específica e habilitada para a prestação dos serviços especializados a pessoas em situação de dependência que necessitem de cuidados permanentes ou temporários. A ação da equipe deverá estar pautada no reconhecimento do potencial da família e do cuidador, apoiando estes no exercício da função. É possível realizar o atendimento no domicílio do usuário, ofertando atendimento especializado a famílias das pessoas com deficiência e dos idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos. O serviço pode ser ofertado em centros-dia, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) ou unidade a ele referenciada e as ações devem possibilitar ainda a ampliação das redes sociais de apoio e o acesso a benefícios, programas de transferência de renda, serviços socioassistenciais, políticas públicas setoriais e órgãos de defesa de direitos, quando for o caso.

☐ Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)

Ofertado obrigatoriamente no Centro de Referência Especializada de Assistência Social (Creas), o Serviço de Proteção a Adolescentes em Cumprimento de Medida atende adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, aplicada pelo juiz da Infância e da Juventude. O serviço tem como objetivo a oferta de atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Esse Serviço deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. É importante ressaltar que os direitos e obrigações dos jovens devem ser assegurados de acordo com as legislações específicas para o cumprimento da medida.

☐ Serviço Especializado em Abordagem Social

É um serviço ofertado de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique nos territórios a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Nessa direção, o serviço oferta atendimento a crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência. O Serviço busca a resolução de necessidades imediatas e promover o acesso do indivíduo ou família à rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas, na perspectiva da garantia dos direitos. Pode ser ofertado tanto no Creas como em unidade específica a ele referenciada. Unidade que presta este serviço: CREAS ou Unidade Específica referenciada ao CREAS.

Serviço da Proteção Social Especial de Média Complexidade	Em que unidade o serviço é ofertado?				Não realiza
	Na própria sede do órgão gestor	No CREAS	Em Outra Unidade Pública	Em Entidade Conveniada	
Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos – PAEFI/CREAS		<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>
Serviço especializado para pessoas em situação de rua	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviço de proteção especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Serviço da Proteção Social Especial de Média Complexidade	Em que unidade o serviço é ofertado?				Não realiza
	Na própria sede do órgão gestor	No CREAS	Em Outra Unidade Pública	Em Entidade Conveniada	
Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC)	_	_	_	_	_
Serviço especializado em abordagem social	_	_	_	_	_

55. Indique a quantidade de Unidades, governamentais e não-governamentais, que compõem a rede socioassistencial do município. (Atenção, cada Unidade deve ser contada uma única vez!)

Indique a quantidade de unidades públicas e não governamentais de serviços de proteção social básica que compõem a rede socioassistencial do município, com base na Resolução CNAS N.º 109 - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Observando, as unidades abaixo, que:

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social – Unidade pública estatal, descentralizada, da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social –SUAS, nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF.

Centros de Convivência (*Unidades que ofertam Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos*)

Todos os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos organizam-se em torno do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), sendo a ele articulados. Previnem a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos e oportunizam o acesso às informações sobre direitos e participação cidadã. Ocorrem por meio do trabalho em grupos ou coletivos e organizam-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária.

Outras unidades de Proteção Social Básica

Assinale esta opção caso haja outras unidades de Proteção Social Básica que não estão relacionadas as opções apresentadas.

Rede de Proteção Social Básica	Quantidade de unidades públicas	Quantidade de unidades não governamentais conveniadas
CRAS	_ _ _	
Centros de Convivência (<i>Unidades que ofertam Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos</i>)	_ _ _	_ _ _
Outras unidades de Proteção Social Básica	_ _ _	_ _ _

Indique a quantidade de unidades públicas e não governamentais de serviços de proteção social básica que compõem a rede socioassistencial do município, com base na Resolução CNAS N.º 109 - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Observando, as unidades abaixo, que:

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Unidade pública estatal, que oferta serviços especializados e continuados, na área da Assistência Social, à famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc.).

Unidades para atendimento a pessoas em situação de rua (Não considerar Unidades de Acolhimento/Abrigos) –

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – CREAS POP, é a unidade pública e estatal, de referência e atendimento especializado à população adulta em situação de rua, no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade do SUAS.

Todo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua deve ofertar o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Além dessa unidade, existe unidades não governamentais que prestam este tipo de atendimento

Centro-Dia (Centros para Pessoas com Deficiência em situação de dependência de cuidado) - O Centro-dia é uma unidade do SUAS que oferta serviço às pessoas com deficiência, que devido à situação de dependência de terceiros, necessitam de apoio para a realização de **cuidados básicos da vida diária**, como os autocuidados: arrumar-se, vestir-se, comer, fazer higiene pessoal, locomover-se e outras e, também de apoios para o desenvolvimento pessoal e social, como levar a vida da forma mais independente possível, favorecendo a integração e a participação do indivíduo na família, no seu entorno, em grupos sociais, incentivo ao associativismo, dentre outros apoios.

Unidades exclusivas de acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) ou Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)

Informe o quantitativo de unidades públicas e/ou não-governamentais que realizam exclusivamente acompanhamentos de medidas socioeducativas de LA e/ou PSC

Outras Unidades de Proteção Social Especial de Média Complexidade

Assinale esta opção caso haja outras unidades de Proteção Social Especial de Média Complexidade que não estão relacionadas as opções apresentadas.

Rede de Proteção Social Especial de Média Complexidade	Quantidade de unidades públicas	Quantidade de unidades não governamentais conveniadas
CREAS	_ _ _	
Unidades para atendimento a pessoas em situação de rua (Não considerar Unidades de Acolhimento/Abrigos)	_ _ _	_ _ _
Centro-Dia (Centros para Pessoas com Deficiência em situação de dependência de cuidado)	_ _ _	_ _ _
Unidades exclusivas de acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) ou Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	_ _ _	_ _ _
Outras Unidades de Proteção Social Especial de Média Complexidade	_ _ _	_ _ _

Indique quais modalidades de serviços de proteção social especial de alta complexidade que o município oferta, conforme descrição abaixo, com base na Resolução CNAS N.º 109 - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Posteriormente, indique em que tipo de unidade o serviço é desenvolvido.

Observando, quanto aos serviços, que:

Unidade de Acolhimento para crianças e adolescentes

É a oferta de acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinados as crianças e adolescentes com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário. Deve funcionar em unidades inseridas na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, oferecendo condições de habitabilidade, higienização, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

Unidade de Acolhimento para jovens (maiores de 18 anos) egressos dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes

O Serviço trabalha através da oferta de proteção, apoio e moradia a grupos de pessoas maiores de 18 anos em situação de abandono, vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia e autossustento. O atendimento apoia a construção e o fortalecimento de vínculos comunitários, a integração e a participação social e o desenvolvimento da autonomia das pessoas atendidas. O serviço deve ser desenvolvido em sistema de autogestão ou cogestão, possibilitando gradual autonomia e independência de seus moradores. Sempre que possível, a definição dos moradores da república ocorrerá de forma participativa entre estes e a equipe técnica, de modo que, na composição dos grupos, sejam respeitados afinidades e vínculos previamente construídos.

Unidade de Acolhimento para idosos

É a oferta de acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinados a idosos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário. Deve funcionar em unidades inseridas na comunidade com características

residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, oferecendo condições de habitabilidade, higienização, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

Unidade de Acolhimento para pessoas em situação de rua

É a oferta de acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinados a pessoas em situação de rua com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral.

Unidade de Acolhimento para pessoas com deficiência

É a oferta de acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinados a jovens e adultos com deficiência, maiores de 18 anos, em situação de violência com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário. Deve funcionar em unidades inseridas na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, oferecendo condições de habitabilidade, higienização, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

Unidade de Acolhimento Institucional para mulheres vítimas de violência

É a oferta de acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinados a mulheres em situação de violência com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário. Deve funcionar em unidades inseridas na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, oferecendo condições de habitabilidade, higienização, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

Outras unidades de acolhimento

Esta opção deverá ser marcada caso o município ofereça serviços de acolhimento em outras unidades que não as identificadas acima.

Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Quantidade de unidades públicas	Quantidade de unidades não governamentais conveniadas
Unidade de Acolhimento para crianças e adolescentes	□□□□	□□□□
Unidade de Acolhimento para jovens (maiores de 18 anos) egressos dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes	□□□□	□□□□
Unidade de Acolhimento para idosos	□□□□	□□□□
Unidade de Acolhimento para pessoas em situação de rua	□□□□	□□□□
Unidade de Acolhimento para pessoas com deficiência	□□□□	□□□□
Unidade de Acolhimento para mulheres vítimas de violência	□□□□	□□□□
Outras Unidades de Acolhimento	□□□□	□□□□

56. O órgão gestor da Assistência Social possui equipe de gestão da Proteção Social Especial de Alta Complexidade?

Informe se a Secretaria Municipal de Assistência Social possui equipe de gestão da Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Entende-se por serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade aqueles que garantem a proteção integral a indivíduos e famílias que se encontram sem referência ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar ou comunitário. São exemplos desses serviços: serviço de acolhimento institucional, serviço de acolhimento em repúblicas e serviço de acolhimento em família acolhedora.

Sim, possui equipe

Não possui equipe

Não há unidades de acolhimento no Município (Pule para a questão 58)

57. Nos casos de acolhimento de crianças e adolescentes, quais atividades de gestão, monitoramento e supervisão são realizadas pelo órgão gestor da Assistência Social? (Admite múltiplas respostas, exceto se marcar "Não há Unidades de Acolhimento no Município para crianças e adolescentes no município")

Dentre as atividades de gestão, monitoramento e supervisão descritas abaixo, informe aquelas que são desenvolvidas pelo órgão gestor da Assistência Social e que estão relacionadas ao acolhimento de crianças e adolescentes. Para esta questão deve ser considerado o acolhimento institucional ou o acolhimento em serviço de acolhimento em família acolhedora para crianças e adolescentes. Admite-se múltipla marcação nesta questão.

- Não há Unidades de Acolhimento no Município para crianças e adolescentes no município **(Siga para a questão 58)**
- Controla o acesso às vagas (controle da porta de entrada), sendo responsável por indicar a Unidade de Acolhimento que receberá a criança/adolescente.
- Acompanha/monitora o fluxo de entradas e saídas de crianças e adolescentes nas Unidades
- Centraliza as informações das medidas de acolhimento determinadas pelo poder Judiciário
- Centraliza as informações dos acolhimentos emergenciais realizados pelo Conselho Tutelar
- Promove a articulação dos serviços de acolhimento com os demais serviços da rede socioassistencial
- Promove a articulação dos serviços de acolhimento com as demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos
- Realiza supervisão e suporte técnico aos serviços de acolhimento
- Monitora o tempo de permanência das crianças e adolescentes nos serviços de acolhimento
- Fiscaliza a qualidade dos serviços
- Não realiza nenhuma das atividades listadas acima

58. O município possui Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para Criança e Adolescente?

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora corresponde ao serviço que organiza o acolhimento, em residências de famílias acolhedoras cadastradas, de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva apresentada pelo Art. 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio familiar ou, quando não for possível, encaminhamento para adoção. O serviço é responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, as criança/adolescentes acolhidos e sua família de origem, com vistas à reintegração familiar.

- Sim Não **(pule para a questão 65)**

59. Caso sim, o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora é regulamentado por lei municipal?

Indique, nesta questão, se há legislação específica para organizar o serviço de acolhimento de crianças e adolescentes em família acolhedora no município. A lei municipal, dentre outros aspectos, organiza o acolhimento familiar no município. Para tanto, destaca o perfil das famílias acolhedoras, os documentos necessários para o seu cadastramento, os pré-requisitos para a seleção, o tempo máximo de permanência da criança/adolescente na família acolhedora e o valor do subsídio financeiro destinado a cada família acolhedora.

- Sim Não

60. Em que ano o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora foi implantado no município?

Informe em que ano o serviço de acolhimento em família acolhedora para crianças e adolescentes foi incluído como serviço de proteção social especial de alta complexidade no município. Nesta questão deve ser considerado o ano de implementação, mesmo que nesta data não tenha tido famílias acolhedoras cadastradas e selecionadas pela equipe técnica do serviço.

61. Existe repasse de subsídio financeiro para as famílias acolhedoras?

Mesmo sendo voluntárias, as famílias acolhedoras devem receber um subsídio financeiro do governo para suprir os gastos da manutenção da criança e do adolescente. Informe abaixo se o Órgão Gestor realiza repasse de subsídio financeiro para as famílias acolhedoras.

- Sim Não **(Pule para a questão 64)**

62. Atualmente, quantas famílias aptas a receber as crianças/adolescentes com medidas protetivas estão cadastradas pelo Programa/Serviço?

Deve ser considerado como “famílias acolhedoras aptas a receber crianças e adolescentes” aquelas que passaram pela avaliação inicial e documental, bem como pelo processo de seleção, capacitação e cadastramento. Nesta questão devem ser incluídas as famílias acolhedoras que já estão acolhendo crianças/adolescentes e, também, aquelas que, mesmo não estando acolhendo crianças/adolescentes, neste momento, podem receber crianças/adolescentes a qualquer momento. Caso não exista famílias aptas a receber crianças/adolescentes, insira 0 (zero) nesta questão.

|_|_|_|

63. Atualmente, quantas crianças/adolescentes estão sendo acolhidas por meio do Serviço de Família Acolhedora no Município?

Informe o número de crianças/adolescentes que, neste momento, estão sendo acolhidas pelo serviço de família acolhedora no município. Caso não exista crianças/adolescentes sendo acolhidas, neste momento, insira 0 (zero) nesta questão.

|_|_|_|_|

64. O Serviço possui equipe técnica formada por assistentes sociais e psicólogos para realizar atividades relacionadas ao cadastramento, preparação e acompanhamento das Famílias Acolhedoras?

Informe se a equipe técnica do serviço de acolhimento em família acolhedora para crianças e adolescentes no município é composta por assistentes sociais e/ou psicólogos que, dentre as atividades elencadas no documento “Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes”, realizam o cadastramento das famílias acolhedoras, sua preparação e todo o acompanhamento até o desligamento das crianças/adolescentes acolhidos.

- Sim, possui equipe com Assistente Social e Psicólogo.
- Sim, possui equipe apenas com Assistente Social.
- Sim, possui equipe apenas com Psicólogo.
- Não possui equipe técnica vinculada ao Programa/Serviço

65. A Assistência Social do município tem programa/serviço de apoio e proteção a pessoas e famílias afetadas por situação de emergência ou de calamidade pública?

Programa/serviço de apoio e proteção assegura apoio e proteção à população atingida por situações de emergências e calamidades públicas, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas. Oferece atendimento a famílias e indivíduos atingidos por incêndios, desabamentos, deslizamentos, alagamentos, etc. Atende famílias que tiveram perdas parciais ou totais de moradia, objetos ou utensílios pessoais e se encontram temporária ou definitivamente desabrigadas. Também são atendidos indivíduos de áreas consideradas de risco, em ações de prevenção ou por determinação do Poder Judiciário. Neste serviço, as famílias são encaminhadas aos abrigos através de notificação de órgãos da administração pública municipal, Defesa Civil, ou caso os profissionais da assistência social identifiquem a presença dessas pessoas nas ruas.

Sim Não

66. Nos últimos 12 (doze) meses a Assistência Social do Município necessitou abrigar em alojamentos provisórios pessoas atingidas por situações de emergência ou de calamidade pública?

De acordo com os incisos III e IV do [Decreto 7.257, de 04 de Agosto de 2010](#), devem ser consideradas nesta questão as situações anormais provocadas por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial (situações de emergência) ou substancial (calamidade) da capacidade de resposta do poder público do ente atingido.

Sim Não (Pule para a questão 68)

67. Caso sim, indique a quantidade de pessoas desabrigadas que foram acolhidas em alojamentos provisórios nos últimos 12 (doze) meses:

Em conformidade com o [Glossário da Secretaria Nacional de Defesa Civil](#), considere pessoa desabrigada aquela cuja habitação foi afetada por dano ou ameaça de dano e que necessita de abrigo provido pelo poder público.

|_|_|_|_|_|_|_| **Desabrigados**

68. A Assistência Social do município tem articulação com o Órgão Municipal de Defesa Civil? (Resposta única)

As atividades da Defesa Civil, pela sua característica de ação emergencial, muitas vezes requerem uma articulação nas ações operacionais com os serviços da Assistência Social. Marque abaixo a opção que melhor corresponde à realidade do município:

- Sim.
 Não.
 Não há Órgão de Defesa Civil no município.

69. Indique as ações realizadas pela política de Assistência Social no município para enfrentamento do Trabalho Infantil? (Admite múltipla marcação)

Assinale quais as ações realizadas pelas unidades governamentais de Assistência Social em relação ao trabalho infantil.

Segundo a Resolução CIT nº8/2013, "As ações estratégicas do PETI no âmbito do SUAS estruturam-se a partir de cinco eixos: I – informação e mobilização nos territórios de incidência do trabalho infantil para propiciar o desenvolvimento de ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil; II – identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil; III – proteção social para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e suas famílias; IV – apoio e acompanhamento das ações de defesa e responsabilização; e V – monitoramento das ações do PETI.

Esta questão tem por objetivo monitorar a implantação destas ações estratégicas do PETI.

- Não realiza *(siga para a questão 70)*
 Realiza campanhas, mobilização e sensibilização
 Realiza atividades de abordagem social em espaços públicos
 Realiza busca Ativa de famílias com situação de trabalho infantil para inclusão no Cadúnico
 Encaminha/inclui crianças e adolescentes em trabalho infantil para os Serviços de Convivência
 Encaminha/inclui famílias com situação de trabalho infantil para o PAIF/CRAS
 Encaminha/inclui famílias com situação de trabalho infantil para o PAEFI/CREAS
 Encaminha famílias e indivíduos para a aplicação de medidas protetivas à família
 Encaminha famílias com situação de trabalho infantil para programas e projetos de capacitação profissional
 Encaminha famílias com situação de trabalho infantil para programas e projetos de inclusão produtiva e/ou geração de trabalho e renda
 Encaminha famílias com situação de trabalho infantil para atendimento em outras políticas públicas
 Encaminha famílias com situação de trabalho infantil para os órgãos de defesa e responsabilização.
 Elabora estudos e diagnósticos sobre o trabalho infantil no município

70. Indique as políticas ou instituições com as quais desenvolve ações em parceria visando o enfrentamento do trabalho infantil no município. (Admite múltipla marcação)

Assinale quais as áreas/instituições que a Assistência Social tem parceria para o desenvolvimento de ações de enfrentamento do trabalho infantil.

Ainda segundo Resolução CIT nº8/2013, é reponsabilidade da Assistência Social a articulação com outras políticas públicas a fim de efetivar a proteção social para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Entendendo que este é um desafio intersetorial, coloca-se a centralidade das parcerias.

- Educação
 Saúde
 Cultura
 Esporte
 Agricultura
 Superintendência Regional do Trabalho (antiga Delegacia Regional do Trabalho)
 Outros órgãos públicos da área do Trabalho e Emprego

- Sindicatos, associações ou cooperativas de trabalhadores rurais
- Sindicatos, associações ou cooperativas de trabalhadores urbanos
- Empresas ou Entidades Patronais
- Organizações Não Governamentais de defesa de direitos das crianças e adolescentes
- Poder Judiciário
- Ministério Público
- Conselho Tutelar
- Defensoria Pública
- Não desenvolve ações em parceria com outras políticas ou instituições

71. Informe como está organizado o atendimento das crianças em situação de trabalho infantil que frequentam os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. (Resposta única)

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS n.º 109/2009) é “o serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social.

O SCFV organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. São considerados Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, o serviço para crianças até 6 anos, o serviço para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, o serviço para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos. **Caso o município não possua Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) selecionar a segunda opção, ou seja, “Em grupos mistos de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e outras crianças e adolescentes”.**

- Em grupos exclusivos para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil
- Em grupos mistos de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e outras crianças e adolescentes
- Não há oferta de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 06 a 15 anos

72. No município, qual a proporção aproximada das crianças em situação de trabalho infantil identificadas pela Assistência Social (com marcação no CadÚnico) que frequenta atividades do Programa “Mais Educação”, do Ministério da Educação?

O Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, aumenta a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas que foram agrupadas em macrocampos como acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educomunicação, educação científica e educação econômica.

Indique o percentual de crianças em situação de trabalho infantil que frequentam o programa “Mais Educação”.

Nos municípios onde há o funcionamento do Programa Mais Educação, Programa 2º Tempo, Ponto de Cultura e/ou de outro Programa/Projeto do município, a criança/adolescente do PETI poderão participar destas atividades.

Exemplo: Se existem 20 crianças em situação de trabalho infantil identificadas no CadÚnico e, dessas, apenas 5 frequentam o Programa “Mais Educação” então, teremos um percentual de 25%

- Nenhuma
- de 1% a 20%
- de 21% a 40%
- de 41% a 60%
- de 61% a 80%
- mais de 80%

73. Onde está localizada a gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI na estrutura do município? (Resposta única)

Informe onde está localizado o PETI na estrutura administrativa do município.

- Na Proteção Social Especial
- Na Proteção Social Básica
- Vinculada diretamente ao gabinete do(a) Secretário(a)

Outro. Qual? _____

Não há equipe/pessoa de referência responsável pela gestão do PETI

BLOCO 7 – GESTÃO DE BENEFÍCIOS

74. A Assistência social desenvolve ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC)?

Segundo a LOAS, artigo 20, o benefício de prestação continuada (BPC) é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família. O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, é um benefício da assistência social, integrante do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, pago pelo Governo Federal, cuja a operacionalização do reconhecimento do direito é do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e assegurado por lei.

Sim

Marque esta opção caso o município realize pelo menos uma das ações a seguir: a) Encaminhar possíveis beneficiários ao INSS; b) Inserir os beneficiários nos serviços socioassistenciais; c) Orientar a população beneficiária sobre seus direitos e procedimentos para acesso; d) Realizar estudos sobre as condições de vulnerabilidade das famílias com idosos e deficientes; e) Acompanhar o processo de concessão do BPC; f) Realizar o cadastramento dos beneficiários do BPC no cadúnico; g) Distribuir aos CRAS e CREAS do município listas, territorializadas, das famílias com beneficiários do BPC; h) Articular com outros setores a inserção dos beneficiários nas diversas políticas sociais.

Não (Pule para a questão 76)

Marque esta opção caso o município não realize nenhuma das ações listadas na alternativa anterior

75. Caso sim, especifique quais as ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) são desenvolvidas pela Assistência Social no município: **(Admite múltiplas respostas)**

Segundo a LOAS, artigo 20, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e a pessoa idosa com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família. O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, é um benefício da assistência social, integrante do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, pago pelo Governo Federal, cuja a operacionalização do reconhecimento do direito é do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e assegurado por lei.

QUEM TEM DIREITO AO BPC:

- **Pessoa Idosa:** deverá comprovar que possui 65 anos de idade ou mais, que não recebe nenhum benefício previdenciário, ou de outro regime de previdência e que a renda mensal familiar per capita seja inferior a ¼ do salário mínimo vigente.

- **Pessoa com Deficiência:** deverá comprovar que a renda mensal do grupo familiar per capita seja inferior a ¼ do salário mínimo, deverá também ser avaliado se a sua deficiência o incapacita para a vida independente e para o trabalho, e esta avaliação é realizada pelo Serviço Social e pela Perícia Médica do INSS. Indique quais ações o órgão gestor da Assistência Social desenvolve em relação ao BPC.

Encaminhar possíveis beneficiários ao INSS.

Marque esta opção para os casos em que haja no município serviços socioassistenciais que encaminhem e acompanhem possíveis beneficiários do BPC para as agências do INSS.

Inserir os beneficiários nos serviços socioassistenciais.

Marque esta opção para os casos em que os beneficiários do BPC são frequentemente identificados e a eles possibilitada a inserção nas ações desenvolvidas na rede socioassistencial pública e privada.

Orientar a população beneficiária sobre seus direitos e procedimentos para acesso.

Marque esta opção para os casos em que a Secretaria de Assistência do município desenvolva ações permanentes no âmbito dos serviços socioassistenciais que divulgue o BPC como direito do cidadão, conforme prevê a Lei 8.724 (LOAS), e oriente o público em potencial e a população beneficiária sobre os critérios e procedimentos para acesso ao BPC.

Realizar estudos sobre as condições de vulnerabilidade das famílias com idosos e deficientes.

Marque esta opção para os casos em que o órgão gestor da assistência social do município/DF realiza estudos e/ou pesquisas que buscam conhecer as situações de vulnerabilidade e risco social das famílias de pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Acompanhar o processo de concessão do BPC.

Marque esta opção se o órgão gestor da assistência social orienta permanentemente a coordenação e equipes dos serviços socioassistenciais a realizar o acompanhamento continuado dos usuários em processo de concessão do BPC.

Realizar o cadastramento dos beneficiários do BPC no CadÚnico.

Marque esta opção se o órgão gestor da assistência social orienta permanentemente a coordenação e equipes dos serviços socioassistenciais a realizar o cadastramento dos beneficiários do BPC no CadÚnico.

Distribuir aos CRAS e CREAS do município listas, territorializadas, das famílias com beneficiários do BPC.

Marque esta opção se o órgão gestor da assistência social sistematiza e encaminha periodicamente aos serviços socioassistenciais listas territorializadas das famílias que possuem beneficiários do BPC.

Articular com outros setores a inserção dos beneficiários nas diversas políticas sociais.

Marque esta opção se há no âmbito da gestão dos serviços socioassistenciais articulação com as demais políticas sociais para atendimento dos beneficiários do BPC.

76. Informe, quais e como são concedidos os benefícios eventuais no município:

Benefícios Eventuais: são aqueles que visam ao pagamento de auxílio por natalidade ou morte às famílias cuja renda mensal per capita seja inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo.

Auxílio Funeral

O artigo 4º do Decreto [6.307/2007](#) estabelece que o auxílio por morte atende prioritariamente:

I - a despesas de urna funerária, velório e sepultamento;

II - a necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros; e

III - a ressarcimento, no caso da ausência do benefício eventual no momento em que este se fez necessário.

Auxílio Natalidade

O artigo 3º do Decreto 6.307/2007 estabelece que o auxílio por natalidade atenderá, preferencialmente, aos seguintes aspectos:

I - necessidades do nascituro;

II - apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém nascido; e

III - apoio à família no caso de morte da mãe.

Benefício Eventual para situação de calamidade pública

Em parágrafo único do artigo 8º, o [Decreto 6.307/2007](#) estabelece que:

“Para os fins deste Decreto, entende-se por estado de calamidade pública o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.”

Outros benefícios eventuais para as famílias em situação de vulnerabilidade temporária

Indicar caso seja oferecido qualquer outro benefício para situação de vulnerabilidade temporária decorrente de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos: I - riscos: ameaça de sérios padecimentos; II - perdas: privação de bens e de segurança material; e III - danos: agravos sociais e ofensa

Para definição de Lei, Portaria, Decreto e Outro – olhar questão 23.

Na sede do órgão gestor

Refere-se a situações em que o benefício é concedido diretamente em órgãos administrativos, como a sede do órgão gestor ou unidades descentralizadas do órgão gestor.

Atenção! Se no município, o benefício é concedido na prefeitura ou outras unidade ou órgão administrativo, marcar esta opção.

Em unidades da rede socioassistencial

Marque esta opção se o benefício é concedido diretamente pelos CRAS, CREAS ou outras unidades da rede socioassistencial.

	Se o Benefício é concedido no município	Se o Benefício é regulamentado	Instrumento que regulamenta o Benefício? (Resposta única)	Local onde o Benefício é concedido (Resposta única)
Auxílio Funeral	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Lei <input type="checkbox"/> Portaria <input type="checkbox"/> Decreto <input type="checkbox"/> Outro	<input type="checkbox"/> Na sede do órgão gestor <input type="checkbox"/> Em unidades da rede socioassistencial <input type="checkbox"/> Em ambas
Auxílio Natalidade	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Lei <input type="checkbox"/> Portaria <input type="checkbox"/> Decreto <input type="checkbox"/> Outro	<input type="checkbox"/> Na sede do órgão gestor <input type="checkbox"/> Em unidades da rede socioassistencial <input type="checkbox"/> Em ambas
Benefício Eventual para situação de calamidade pública.	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Lei <input type="checkbox"/> Portaria <input type="checkbox"/> Decreto <input type="checkbox"/> Outro	<input type="checkbox"/> Na sede do órgão gestor <input type="checkbox"/> Em unidades da rede socioassistencial <input type="checkbox"/> Em ambas
Outros benefícios eventuais para famílias em situação de vulnerabilidade temporária	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Lei <input type="checkbox"/> Portaria <input type="checkbox"/> Decreto <input type="checkbox"/> Outro	<input type="checkbox"/> Na sede do órgão gestor <input type="checkbox"/> Em unidades da rede socioassistencial <input type="checkbox"/> Em ambas

77. O município possui programa PRÓPRIO de transferência de renda (transferência de recursos municipais de forma constante a um público específico)?

Sim

Marque esta opção caso o município possua algum programa PRÓPRIO de transferência de renda, ou seja, que os recursos para o programa não sejam oriundos do Governo Federal.

Não (pule para a questão 81)

Marque esta opção caso o município não possua nenhum programa PRÓPRIO de transferência de renda.

78. O Programa próprio de transferência de renda do município está sob gestão do órgão gestor da assistência social?

Programa de Transferência de Renda: Visa o repasse direto de recursos dos fundos da Assistência Social aos beneficiários, como forma de acesso à renda, visando o combate à fome, à pobreza e outras formas de privação de direitos, que levem à situação de vulnerabilidade social, criando possibilidades para a emancipação, o exercício da autonomia das famílias e indivíduos atendidos e o desenvolvimento local. Marque esta opção caso o programa próprio de transferência de renda do municípios esteja sob a coordenação, execução, ou seja, sobre a gestão do órgão gestor da assistência social do município.

Sim

Não

79. Existe lei municipal que regulamente o programa de transferência de renda do município?

Marque a opção que corresponda à existência, ou não, de marco regulatório legal em vigor no município.

Sim

Não

80. Quantas famílias receberam o benefício do programa de transferência de renda do município no último mês em que ele foi concedido?

Indicar o número de **FAMÍLIAS** que receberam o benefício do programa **PRÓPRIO** de transferência de renda no mês anterior ao mês de preenchimento deste questionário. Caso não tenha essa informação, marque a alternativa “Não sabe”. Se detiver o conhecimento da informação, a resposta a ser preenchida é em valor numérico sem pontuação, no formato “99999”.

VI - realizar a gestão do cadastro de unidades da rede socioassistencial privada no CadSUAS, quando não houver na estrutura do órgão gestor, área administrativa específica responsável pela relação com a rede socioassistencial privada;
VII - coordenar, em âmbito municipal ou do Distrito Federal, o processo de preenchimento dos questionários do Censo SUAS, zelando pela qualidade das informações coletadas;

Nesse caso o órgão gestor deve marcar quais itens abaixo atualmente são executados em seu município, admitindo múltiplas respostas;

- Produção de indicadores ou análises relativas à demanda por serviços e benefícios socioassistenciais
- Produção de indicadores ou análises relativas à oferta de serviços e benefícios socioassistenciais
- Produção de indicadores ou diagnósticos relativos à incidência de situações de violência e violação de direitos
- Definição de instrumentos e fluxos de Notificação Compulsória das situações de violência e violação de direitos atendidos
- Produção de indicadores ou análises de vulnerabilidades sociais a partir de dados do CADÚnico
- Produção de indicadores ou análises baseados em microdados (dados dos setores censitários ou das áreas de ponderação) do Censo 2010 – IBGE.
- Elaboração ou atualização de diagnóstico socioterritorial do município
- Elaboração ou atualização de diagnósticos socioterritoriais das áreas de abrangência dos CRAS
- Concepção de sistemas de informação
- Desenvolvimento de sistemas de informação
- Desenvolvimento de instrumentos de coleta de dados para levantamento de informações junto aos serviços
- Monitoramento dos padrões de qualidade dos serviços prestados pela rede pública e/ou conveniada
- Coordenação, acompanhamento e apoio ao processo de preenchimento o Censo SUAS
- Gestão local e atualização do CadSUAS – Sistema de Cadastro Nacional do SUAS
- Gestão e análise das informações do sistema de Registro Mensal de Atendimentos dos CRAS e CREAS
- Fornecimento sistemático de informações territorializadas sobre as famílias do BPC para os CRAS e CREAS objetivando auxiliar as ações de busca ativa e subsidiar a atividades de planejamento da Unidade.
- Fornecimento sistemático de informações territorializadas sobre as famílias do Cadastro Único para os CRAS e CREAS objetivando auxiliar as ações de busca ativa e subsidiar a atividades de planejamento da Unidade.
- Planejamento e/ou coordenação de ações de busca ativa voltadas a públicos prioritários
- Monitoramento de ações de busca ativa voltadas a públicos prioritários
- Não desenvolve nenhuma das atividades acima.

85. O órgão gestor possui levantamento ou pesquisa que aponte o número de pessoas em situação de rua no município?

Sim

Marque essa opção caso o órgão gestor possua levantamento ou pesquisa sobre o número de pessoas em situação de rua no município, quaisquer que seja a instituição que tenha realizado a pesquisa. Nesse item, considere as pesquisas realizadas pelas equipes do próprio município, aquelas realizadas por instituição contratada para esse fim, e também aquelas realizadas por outra instituição.

Não (pule para a questão 89)

Marque essa opção caso o órgão gestor não possua nenhum levantamento ou pesquisa sobre o número de pessoas em situação de rua no município.

86. Caso sim, quantas pessoas?

Indique a quantidade de pessoas em situação de rua no município, de acordo com o levantamento ou pesquisa realizada.

_____|_____|_____|_____|

87. Em que ano foi realizada o levantamento ou pesquisa?

Indique o ano de realização do levantamento/pesquisa.

|_|_|_|_|

88. Como foi realizado este levantamento ou pesquisa? (resposta única)

O levantamento ou pesquisa foi realizado pela equipe do próprio órgão gestor ou pela equipe de outra unidade do poder público municipal

Marque essa opção caso o levantamento ou pesquisa tenha sido realizado pela equipe do órgão gestor da assistência ou por equipe de outra unidade do poder público municipal.

O órgão gestor e/ou outra unidade do poder público municipal contratou instituição para este fim

Marque essa opção caso o município tenha contratado instituição para realizar este levantamento.

O órgão gestor obteve esta informação através de levantamento ou pesquisa já realizada por outra instituição

Marque essa opção caso o levantamento tenha sido realizado por outra instituição (órgãos ou institutos públicos estaduais, institutos de pesquisa, ONGs, etc.)

Atenção! Para responder as questões 89 e 90 considere as instruções abaixo:

Segundo a NOB/SUAS 2012, as atividades de monitoramento e avaliação integram o escopo de atividades da Vigilância Socioassistencial, portanto, os profissionais que atuam nestas atividades devem ser computados como profissionais envolvidos nas atividades de Vigilância Socioassistencial.

89.O município possui profissional(s) exclusivamente dedicado(s) às atividades de Vigilância Socioassistencial?

Informe se o município possui profissional exclusivamente dedicado às atividades de Vigilância Socioassistencial, incluindo as atividades de monitoramento e avaliação.

Sim

Não

90. Caso sim, informe a quantidade de profissionais exclusivo(s) da área de Vigilância Socioassistencial:

Informe o quantitativo de profissionais com dedicação exclusiva na área de Vigilância Socioassistencial.

profissionais de nível superior

profissionais de nível médio

quantidade total (nível superior mais nível médio)

91. O órgão gestor utiliza sistema de informação próprio para gerenciar a política de Assistência Social?

Apenas devem ser considerados sistemas desenvolvidos ou adquiridos pelo município como ferramenta de gestão pelo órgão gestor, envolvendo a coordenação da política e a gestão dos serviços socioassistenciais. **(Não considerar sistemas do MDS)**

Caso o município possua sistema(s) de informação(ões) próprio(s), com uso de aplicativos informatizados, deve informar todos os tipos de gerenciamento de informações que esse(s) sistema(s) permite(m).

Sim

Não **(pule para a questão 93)**

92. O(s) sistema(s) utilizado(s) permite(m): (Admite múltiplas respostas)

Registrar repasses de recursos para entidades.

O município possui sistema ou aplicativo informatizado, vinculado ao órgão de gestão orçamentária e financeira, com os registros periódicos dos repasses dos recursos para as entidades de assistência social do município, datas de repasse, valores, conta(s), entre outros dados.

Registrar prestação de contas das entidades.

O município possui sistema ou aplicativo informatizado, vinculado ao órgão de gestão orçamentária e financeira, onde conste de forma periódica o registro da prestação de contas das entidades em relação aos recursos recebidos.

Registrar execução física/atendimentos.

Consiste em sistema ou aplicativo informatizado, com registros sistemáticos e periódicos sobre a execução física/atendimento dos serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais prestados no município.

Registrar unidades da rede socioassistencial pública.

Consiste em sistema ou aplicativo informatizado, com o registro sistemático e permanente das unidades da rede socioassistencial pública e estatal, municipal ou estadual presente no município, com informações sobre os serviços que desenvolvem o volume de atendimento, a localização, coordenação, profissionais, infraestrutura disponível, entre outros dados.

Registrar unidades da rede socioassistencial privada.

Consiste em sistema ou aplicativo informatizado, com o registro sistemático e permanente das unidades da rede socioassistencial privada não-estatal, de entidades de assistência social presentes no município, com informações sobre os serviços que desenvolvem, sobre o volume de atendimento, localização, coordenação, trabalhadores, infraestrutura disponível, entre outros dados.

Elaborar e armazenar Prontuário Eletrônico dos usuários dos Serviços Socioassistenciais.

O município possui sistema ou aplicativo informatizado de alimentação de informações descentralizada, mas com base de dados centralizado em âmbito municipal, com registros sistemáticos e periódicos que identifiquem os usuários, tipo(s) de atendimento(s) e evolução do acompanhamento em cada CRAS e CREAS.

Outros:

Informar caso o(s) sistema(s) existentes permita(m) a gerência de outros tipos de dados.

BLOCO 9 – AÇÕES DE INCLUSÃO PRODUTIVA

Inclusão produtiva inclui o estímulo ao desenvolvimento de atividades econômicas de pequenos negócios individuais ou coletivos (associativos ou cooperados) que permitam a emancipação econômica autossustentada pela geração de trabalho e renda, ou a inserção no mercado de trabalho formal. Inclui desde o apoio a elaboração de soluções empreendedoras micro empresariais, até a capacitação e qualificação profissional em atividades já existentes no local.

Atenção! Considere as ações realizadas diretamente pelo órgão gestor da assistência social ou por intermédio de qualquer unidade pública (CRAS, CREAS, etc.) ou privada da assistência social. Considerar também, as ações de inclusão produtiva realizadas por outros órgãos de âmbito municipal.

93. Existe algum tipo de estudo setorial e/ou diagnóstico socioeconômico do município (vocação, potencialidade, m teria prima, mercado e iniciativas existentes) que tenha sido realizado nos últimos 5 anos?

Gradativamente os municípios vêm assumindo maior protagonismo na articula o do processo de ocupa o e planejamento do seu território, seja na identifica o de áreas onde se concentram popula es empobrecidas, cujas ocupa es urbanas muitas vezes ocorreram de forma irregular, ou em áreas e/ou atividades econ micas de dinamismo variado que pelo seu impacto local o poder público procura estimular ou regulamentar. Para isso são elaborados os estudos e/ou diagnósticos. Por vezes os municípios realizam levantamentos próprios sobre seu potencial produtivo, voca o econ mica, mercado de trabalho, etc.

Sim

Marque sim, caso o seu município tenha realizado algum estudo nesse sentido.

Não (pule para a questão 96)

Marque não caso o município não tenha realizado um levantamento semelhante nos últimos 5 anos.

Não sabe (pule para a questão 96)

Marque não sabe, caso não tenha conhecimento de levantamento feito pelo município.

94. Caso sim, qual o órgão municipal foi responsável pela elaboração do diagnóstico socioeconômico do município?

Caso tenha havido algum levantamento nesse sentido, marque uma ou mais alternativas que indiquem qual ou quais órgãos municipais foram os responsáveis pelo estudo.

Assistência Social.

Planejamento.

Fazenda.

Trabalho.

Outro órgão. Qual? _____.

95. Caso o município tenha realizado diagnóstico socioeconômico, as informações foram utilizadas para: (admite múltiplas respostas)

O Pronatec é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego que foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. ([Lei Nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011](#))

Entende-se por estruturação de ações para a inclusão produtiva a intermediação de mão de obra; formalização de microempreendedor individual; incubadora; formação de grupos de economia solidária.

Negociar com o Sistema S(Senai, Senac) e Instituto Federal a oferta de vagas do PRONATEC

Direcionar a oferta de cursos de capacitação e formação profissional realizados pela prefeitura

Formação de cooperativas

Estruturação de ações para inclusão produtiva

Ações para potencializar o desenvolvimento socioeconômico do município

Nenhuma das opções acima

96. O governo municipal desenvolve ações, programas ou projetos de inclusão produtiva para geração de trabalho e renda?

Caso o município desenvolva ações relativas à inclusão produtiva para geração de trabalho e renda (cursos, capacitações, treinamentos), marque uma das alternativas "sim", indicando se as atividades são realizadas exclusivamente pela Secretaria de Assistência Social; se pela Secretaria de Assistência Social juntamente com outras secretarias municipais, ou se exclusivamente por outras secretarias municipais. Neste caso as ações são desenvolvidas diretamente pelo município.

Marque não, caso o município não desenvolva atividades de inclusão produtiva, ou caso não saiba a resposta.

Sim, pela Secretaria de Assistência Social e por outras Secretarias Municipais

Sim, exclusivamente por outras Secretarias Municipais.

Sim, exclusivamente pela Secretaria de Assistência Social. (pule para a questão 91).

Não desenvolve. (pule para a questão 91).

Não sabe. (pule para a questão 91).

97. O governo municipal desenvolve ações, programas ou projetos de formação, qualificação ou capacitação profissional?

Caso o município desenvolva ações relativas à formação, qualificação ou capacitação profissional da população em situação de pobreza, pobreza extrema ou, ainda, em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, comunidades tradicionais, etc. (ver públicos listados na página 43).

Marque "sim", indicando se as atividades são realizadas exclusivamente pela Secretaria de Assistência Social; se pela Secretaria de Assistência Social juntamente com outras secretarias municipais, ou se exclusivamente por outras secretarias municipais.

Marque não, caso o município não desenvolva ações, programas ou projetos relativos à formação, qualificação ou capacitação profissional para população em situação de pobreza, pobreza extrema, ou caso não saiba a resposta.

- Sim, pela Secretaria de Assistência Social e por outras Secretarias Municipais
 Sim, exclusivamente por outras Secretarias Municipais.
 Sim, exclusivamente pela Secretaria de Assistência Social.
 Não desenvolve.
 Não sabe.

Utilize a tabela de códigos a seguir para preencher a questão 98

Órgãos ou instituições parceiras das ações municipais
10. Governo Federal
11. Governo Estadual
12. IFES e CEFETS
13. Instituições de Ensino Superior (universidades, centros universitários, faculdades, etc.)
14. Fundação, autarquia ou empresa pública municipal
15. Parcerias Público-Privadas (PPP)
16. Organização Não-Governamental (ONG's) ou entidades sem fins lucrativos
17. Instituições financeiras (bancos públicos ou privados)
18. Cooperativas de crédito
19. Concessionárias de serviços públicos
20. Instituições relacionadas à pessoa com deficiência
21. Sindicato de trabalhadores ou patronal/entidades de classe
22. Instituição pública que presta assistência/assessoria técnica
23. Sistema S (SESI, SENAI, SEBRAE, SESC, etc.)
98. Outras instituições do setor público
99. Outras instituições do setor privado

98. Indique quais das ações abaixo são desenvolvidas pelo governo municipal:

Marque todas as ações que o governo municipal desenvolve, conforme listadas no quadro abaixo. Caso a atividade marcada tenha alguma ação específica de atendimento voltada para beneficiários do Programa Bolsa Família, marque no espaço indicado.

Indique quais as ações desenvolvidas pelo município	Indique abaixo, caso haja parceria do município com órgão ou instituição mais importante na ação específica
<input type="checkbox"/> Educação de Jovens e Adultos	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Educação Técnica e Tecnológica	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Qualificação profissional	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Intermediação de mão-de-obra	<input type="checkbox"/>

<input type="checkbox"/>	Fomento ao empreendedorismo individual	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Fomento ao empreendedorismo coletivo	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Assistência Técnico-gerencial a empreendimentos individuais	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Assistência Técnico-gerencial a empreendimentos coletivos	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Incubação de empreendimentos	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Fomento à Economia Solidária	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Fomento ao Associativismo e ao Cooperativismo	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Microcrédito	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Fomento ao Extrativismo	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Fomento ao Artesanato	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Inclusão digital	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Mobilização e sensibilização de usuários para cursos de capacitação	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Acompanhamento dos cursos oferecidos pelo PRONATEC	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de usuários para cursos de qualificação profissional	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Articulação da Prefeitura com o Sistema "S", Institutos Federais ou Outras Instituições para oferta de cursos de capacitação profissional.	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Central de Autônomos	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Apoio Jurídico às empresas	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Central de Comercialização	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Apoio a Redes e Cadeias Produtivas	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Fomento a polo industrial	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	Nenhuma das ações acima mencionadas	

99. O seu município faz parte de algum Consórcio Público com Personalidade Jurídica de Direito Público, para estabelecer relações de cooperação federativa?

Os consórcios públicos são parcerias formadas por dois ou mais entes da federação, para a realização de objetivos de interesse comum, em qualquer área. Os consórcios podem discutir formas de promover o desenvolvimento regional, gerir o tratamento de lixo, saneamento básico da região, saúde, abastecimento e alimentação ou ainda execução de projetos urbanos.

Um dos objetivos dos consórcios públicos é viabilizar a gestão pública nos espaços metropolitanos, em que a solução de problemas comuns só pode se dar por meio de políticas e ações conjuntas. O consórcio também permite que pequenos municípios ajam em parceria e, com o ganho de escala, melhorem a capacidade técnica, gerencial e financeira.

Consórcio público, com personalidade jurídica de direito público: pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da [Lei no 11.107, de 2005](#), para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica.

Indique se o município participa de algum Consórcio Público com Personalidade Jurídica de Direito Público, independentemente de ser da área de assistência social ou não. Se sim, indique qual.

- Sim. Qual: _____.
- Não faz parte de nenhum consórcio público com personalidade jurídica de **Direito Público**.
- Faz parte de outro tipo de consórcio.
- Não sabe.

Utilize a tabela de códigos a seguir para preencher as questões 100,101,102.

Área temática do Curso	Público-alvo prioritário
10. Administração, Gestão e Empreendedorismo	10. Beneficiários do Seguro-desemprego
11. Agricultura	11. Trabalhadores domésticos
12. Agroextrativismo	12. Pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família
13. Alimentação	13. Pessoas beneficiárias de políticas de inclusão social
14. Arte, Cultura e Artesanato	14. Egressos do sistema penal
15. Comércio	15. Jovens submetidos a medidas socioeducativas
16. Comunicação	16. Jovens
17. Construção Civil	17. Trabalhadores(as) libertados(as) de regime de trabalho degradante
18. Design	18. Pessoas com deficiência
19. Educação	19. População em Situação de Rua
20. Esporte e Lazer	20. Catadores de Materiais Recicláveis
21. Hospitalidade e Turismo	21. Idosos
22. Indústria de Alimentos	99. Outros públicos
23. Indústria de Borracha	
24. Indústria de joias	Categorias dos Projetos
25. Indústria de móveis e madeiras	Apoio à comercialização de negócios, cooperativas e empreendimentos solidários
26. Indústria de plásticos	10. Atividade agrícola, pecuária e extrativa (comercialização)
27. Indústria de vestuário e calçados	11. Atividade de agricultura urbana (comercialização)
28. Indústria extrativa mineral	12. Atividade industrial (comercialização)
29. Indústria gráfica	13. Atividade comercial (comercialização)
30. Indústria de metal mecânica	14. Atividade de serviços (comercialização)
31. Indústria de minerais não metálicos	19. Outras atividades relacionadas à comercialização de negócios, cooperativas e empreendimentos solidários
32. Indústria de papel e celulose	Apoio a empreendimentos através de incubadora
33. Indústria química	20. Projetos até R\$ 50 mil reais
34. Indústria têxtil	21. Projetos de R\$ 51 mil a R\$ 100 mil
35. Informática e Web	22. Projetos de R\$ 101 mil a R\$ 500 mil
36. Manutenção de máquinas	23. Projetos de R\$ 501 mil a R\$ 1 milhão
37. Manutenção elétrica	24. Projetos de mais de R\$ 1 milhão
38. Manutenção predial	29. Outros empreendimentos de formação de empresas
39. Manutenção hidráulica	Apoio à gestão de negócios, cooperativas e empreendimentos solidários
40. Manutenção de veículos terrestres e aquáticos	30. Desenvolvimento de plano de negócio
41. Pesca	31. Apoio para elaboração de projeto para acesso a fundos públicos
42. Produção e pequena industrialização de alimentos de origem animal ou vegetal	32. Apoio para elaboração de projeto para acesso a fundos privados
43. Reciclagem	39. Outros projetos de apoio à gestão de negócios, de cooperativas e empreendimentos solidários
44. Saneamento	Apoio ao associativismo, cooperativismo e economia solidária
45. Saúde	40. Atividade agrícola, pecuária e extrativa (cooperativismo)
46. Segurança	41. Atividade de agricultura urbana (cooperativismo)
47. Serviços de comunicação, rádio e TV	42. Atividade industrial (cooperativismo)
48. Serviços de jardinagem e agricultura urbana	43. Atividade comercial (cooperativismo)
49. Serviços domésticos	44. Atividade de serviços (cooperativismo)
50. Serviços gráficos	49. Outras atividades de apoio ao associativismo, ao cooperativismo e a economia solidária
51. Serviços pessoais	
52. Transporte	Crédito e microcrédito
99. Outra temática	50. Para compra de máquinas e outros equipamentos
	51. Para compra de insumos para a produção
	52. Para o empreendedor individual
	53. Para consumo
	59. Outras atividades relacionadas a crédito e microcrédito
	Inclusão digital
	60. Inclusão digital de 1º nível (acesso a computadores ligados à internet)
	61. Inclusão digital de 1º nível (satisfazer necessidades: como extrair da Web informações que necessitam)
	99. Outras categorias não contempladas

100. O município desenvolveu projetos de geração de trabalho e renda em 2012?

Sim Não (Pule para a questão 101)

a. Liste os projetos de geração de trabalho e renda desenvolvidos pelo município em 2012, caso tenham ocorrido:

Liste os projetos de geração de trabalho e renda desenvolvidos pelo município em 2012, o código no qual o projeto está inserido na categoria, o número de pessoas envolvidas e o público alvo prioritário naquele projeto, conforme código da tabela acima.

Nome do projeto	Categoria em que o projeto de geração de trabalho e renda está inserido	Número de pessoas envolvidas na gestão/ operação do projeto/programa	Público-alvo prioritário (informar no máximo 3)
1)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

101. O município ofereceu cursos de qualificação profissional em 2012?

Sim Não (Pule para a questão 102)

a. Liste os cursos de qualificação profissional oferecidos pelo município em 2012, caso tenham ocorrido

Liste os cursos de qualificação profissional desenvolvidos pelo município em 2012, o código da temática no qual o curso está inserido, o número de vagas ofertadas e o público alvo prioritário.

Nome do Curso de qualificação profissional	Área temática do Curso	Número de Vagas	Público alvo prioritário (informar no máximo 3)
1)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

10)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
11)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
12)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>

Nome do Curso de qualificação profissional: Indique o nome de todos os cursos de qualificação realizados pelo município ao longo do ano de 2012. Considere os cursos em andamento e aqueles já concluídos, desde que tenham se encerrado no ano de 2012.

Área temática do Curso: Consulte a lista de áreas na tabela abaixo e indique o código referente à área que mais se encaixa na descrição do curso de qualificação.

Número de Vagas: Indique a quantidade de vagas ofertadas em cada curso listado.

Público Alvo Prioritário: Consulte a lista com as categorias de público alvo na tabela abaixo e indique o código referente àquele que mais se encaixa na descrição do curso de qualificação.

Atenção! Caso o município não tenha ofertado nenhum curso de qualificação profissional no ano de 2011, deixe em branco os campos disponíveis para o nome, área, número de vagas e público alvo.

102. Com base na realidade do município, quais os 5 (cinco) cursos mais importantes de qualificação profissional deveriam ser oferecidos no município em 2013:

Com base na dinâmica econômica e do mercado de trabalho e dos projetos em andamento ou futuro no município informe os nomes dos cursos mais relevantes para 2013, a área temática no qual está inserido, o número de vagas estimado e o público-alvo que deveria ser priorizado.

Nome do Curso de Qualificação Profissional	Área Temática do Curso	Número Estimado de Vagas	Público-alvo prioritário (informar no máximo 3)
1)	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> / <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> / <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
2)	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> / <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> / <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
3)	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> / <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> / <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
4)	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> / <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> / <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
5)	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> / <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> / <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>

103. O governo municipal tem algum programa/projeto específico para inclusão social das pessoas com deficiência nas escolas de ensino regular?

Sim, sob a coordenação da Assistência Social.

Indique esta opção se o programa para inclusão social das pessoas com deficiência nas escolas de ensino regular é coordenado pelo órgão gestor da Assistência Social.

Sim, sob a coordenação da Educação.

Indique esta opção se o programa para inclusão social das pessoas com deficiência nas escolas de ensino regular é coordenado pelo órgão gestor da Educação.

Sim, sob a coordenação de outro órgão municipal.

Indique esta opção se o programa para inclusão social das pessoas com deficiência nas escolas de ensino regular é coordenado por outro órgão da administração pública municipal.

Não possui.

Indique esta opção se o município não possui programa para inclusão social das pessoas com deficiência nas escolas de ensino regular.

Não sabe.

Indique esta opção se o gestor da assistência social não sabe se existe programa para inclusão social das pessoas com deficiência nas escolas de ensino regular.

104. O governo municipal tem algum programa/projeto específico para inclusão social de pessoas com deficiência no mercado de trabalho?

Sim, sob a coordenação da Assistência Social.

Indique esta opção se o programa para inclusão social das pessoas com deficiência no mercado de trabalho é coordenado pelo órgão gestor da Assistência Social.

Sim, sob a coordenação de outro órgão municipal.

Indique esta opção se o programa para inclusão social das pessoas com deficiência no mercado de trabalho é coordenado por órgão da administração pública municipal;

Não possui.

Indique esta opção se o município não possui programa para inclusão social das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Não sabe.

Indique esta opção se o gestor da assistência social não sabe se existe programa para inclusão social das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

BLOCO 10 – RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES DECLARADAS

É preciso informar o nome legível do agente responsável pelas informações declaradas no formulário, seu CPF, telefone, e-mail, cargo ou função. Caso não seja o (a) Secretário (a) Municipal de Assistência Social a preencher o questionário, a pessoa que o preencher deverá ser por ele designada. Por fim, é imprescindível que o responsável pelo preenchimento a data do preenchimento do formulário.

Identificação do agente responsável, no órgão gestor da Assistência Social, pelas informações declaradas neste formulário:

Nome Legível: _____

CPF: _____ Data: ___ / ___ / _____

Cargo/Função: _____

Telefone: (____) _____

Email: _____

Segundo a NOB/SUAS 2012 a Vigilância Socioassistencial é co-responsável pelas informações informadas no Censo SUAS. O contato pode vir a ser acionado durante o período entre o Censo SUAS 2013 e 2014 para responder as demandas da Vigilância Socioassistencial, por isso a importância das informações solicitadas.

Independente de o município possuir área/setor/coordenação de Vigilância Socioassistencial ou não, o gestor pode indicar um funcionário que ficará responsável na secretaria para ser o representante, o que implicará estar em contato e responder as demandas relacionadas a Vigilância.

Caso a Vigilância tenha e-mail institucional, favor informa-lo.

Identificação do representante da Vigilância Socioassistencial:

Não há representante da Vigilância designado no município (finalizar o questionário)

Nome: _____
CPF: _____
Cargo/Função: _____
Telefone: (____) _____ Email: _____

Este formulário original, após a digitação dos dados, deve permanecer arquivado na Secretaria Municipal de Assistência Social (ou congênere)

Para demais dúvidas, sugestões de conteúdo e melhora do questionário/manual, encaminhar email para vigilanciasocial@mds.gov.br .